



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Laura Simões Jordão

Efeitos da mobilização do discurso antimigratório pela extrema direita na Europa

Trabalho de conclusão de curso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Victória Monteiro da Silva Santos

Rio de Janeiro
Dezembro de 2024

Agradecimentos:

À minha família, que me dá forças para continuar percorrendo essa longa e maluca caminhada que é a vida. Agradeço por todos os momentos de acolhimento e trocas. Amo vocês. Em especial, meu muito obrigada à minha mãe, Cristiane, por não medir esforços para que eu sempre tivesse acesso às melhores oportunidades. Se hoje estou finalizando esse ciclo universitário, devo a você.

À minha orientadora, Victória Santos, por todo o apoio e presença durante esses quase seis meses. O processo de escrita é exaustivo e desafiador, mas você tornou esse momento muito mais leve e tranquilo, com suas orientações e reuniões sempre esclarecedoras.

Aos meus grandes amigos que a universidade me apresentou e que levarei para a vida, como uma segunda família: Isabela, Renan, Sofia, Beatriz Fernandes, Beatriz Nardy, Franciane, Mariana, Rafaela, Giovanna, Rubens, Érico e Gabriel. Em especial ao Vítor, por ter tornado meus últimos anos de faculdade os melhores. Essa jornada foi muito mais prazerosa com você ao meu lado.

Às minhas amigas de longa data, Isadora, Ana e Maria Paula. Obrigada por tantos e tantos anos de companheirismo e amor.

Resumo

Jordão, Laura Simões. **Efeitos da mobilização do discurso antimigratório pela extrema direita na Europa**. Rio de Janeiro, 2024. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A imigração desempenha um papel central nas agendas políticas europeias, especialmente em debates sobre segurança, economia e identidade cultural. Após a chamada "crise dos refugiados" de 2015, a extrema direita europeia intensificou a retórica antimigratória, associando a imigração a ameaças à segurança e à estabilidade. O crescimento de partidos como o Reagrupamento Nacional, liderado por Marine Le Pen, e a Liga, de Matteo Salvini, evidenciou a mobilização de discursos que promovem políticas mais restritivas e securitárias. Este trabalho explora como esses discursos moldam percepções públicas e impactam a formulação de políticas migratórias na União Europeia.

Palavras-chave

Imigração; Extrema direita; Segurança; União Europeia; Identidade nacional; Discurso antimigratório;

Abstract

Jordão, Laura Simões. **Effects of the Mobilization of Anti-Immigration Discourse by the Far Right in Europe**. Rio de Janeiro, 2024. Undergraduate thesis – Institute of International Relations, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

Immigration plays a central role in European political agendas, particularly in debates on security, economy, and cultural identity. Following the so-called "refugee crisis" of 2015, the European far-right intensified its anti-immigration rhetoric, linking immigration to threats to security and stability. The rise of parties like the National Rally, led by Marine Le Pen, and the League, led by Matteo Salvini, highlighted the mobilization of discourses promoting more restrictive and securitarian policies. This study examines how these discourses shape public perceptions and influence the formulation of migration policies in the European Union.

Keywords

Immigration; Far-right; Security; European Union; National identity; Anti-immigration discourse

Sumário

1. Introdução.....	6
2. Histórico da migração na Europa e os partidos de extrema direita.....	9
2.1 Migração e a tipologia de crise.....	9
2.2 Extrema direita na Europa.....	16
3. Parlamento Europeu e as eleições de 2019.....	19
3.1 Tarefas e poderes do Parlamento Europeu.....	19
3.2 Eleições de 2019	21
3.3 Mudanças nas Políticas Migratórias.....	24
4. Discursos da extrema direita sobre imigração na Europa.....	29
4.1 Marine Le Pen.....	30
4.1.1 Segurança.....	32
4.1.2 União Europeia.....	34
4.1.3 Identidade Nacional.....	36
4.2 Matteo Salvini.....	38
4.2.1 Segurança.....	41
4.2.2 União Europeia.....	43
4.2.3 Identidade Nacional.....	45
4.3 Padrões retóricos da extrema direita.....	46
5. Considerações Finais	48
5.1 Imigração como justificativa de políticas restritivas.....	49
5.2 Recomendações.....	51
5.2.1 Promoção da educação sobre diversidade e Imigração.....	51
5.2.2 Resistência ao discurso de ódio nas redes sociais.....	52
5.2.3 Campanhas de conscientização sobre os direitos humanos....	53
6. Referências Bibliográficas.....	55

1. Introdução

A imigração ocupa o centro das agendas políticas de muitos partidos europeus, sendo reconhecida pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, como o maior desafio moderno. Os esforços para a criação de uma política comum de migração se configuraram como um conflito político que envolve questões sociais, econômicas e humanitárias. O aumento dos fluxos migratórios, especialmente após 2015, período nomeado de “crise dos refugiados”, ampliou o debate sobre os desafios e as consequências da chegada dos imigrantes em larga escala. A ampla cobertura mediática e debates públicos foi acompanhada do avanço da extrema direita e seus discursos relacionando a imigração com ameaça à segurança, economia e até mesmo a cultura da Europa. A rápida taxa de imigração na Europa reformulou movimentos políticos de extrema direita, que se continuarem a ganhar influência, podem representar desafios significativos para as instituições governamentais europeias e para as políticas de imigração (DAVIS,C.; DEOLE, S., 2017).

A própria escolha do termo crise já é um ato de fala utilizado para interligar a questão migratória com a ideia de securitização, frequentemente seguidos por termos negativos como “imigração ilegal”, “refugiado falso”, “invasor”, entre outros (VELASCO, 2014). Diante das crescentes preocupações sobre os impactos dos fluxos migratórios, partidos de extrema-direita passaram a adotar discursos anti-imigração como sua principal bandeira para mobilizar eleitores. Esses discursos geralmente enquadram a migração como uma ameaça à segurança nacional, à identidade cultural e à estabilidade econômica.

Conforme estudado pelo filósofo e historiador Michael Foucault (1971), os discursos regulam o comportamento e o pensamento, criando normas e padrões que a sociedade internaliza e segue, sendo uma forma de poder ao moldar a própria identidade dos indivíduos. Utilizando uma retórica baseada no medo, os partidos de extrema direita retratam os migrantes como criminosos, encargos econômicos e invasores culturais. A ideia de um ser invasor que não pertence à sociedade pelo simples fato de ter uma origem cultural diferente está presente nas falas e nas ações de determinados líderes da extrema direita europeia. Eles empregam uma narrativa de “nós contra eles” para mobilizar eleitores que se sentem em algum nível ameaçados pela constante e crescente entrada de imigrantes. Nesse contexto, a rápida ascensão desses partidos tem pressionado os governos centrais e as instituições da União Europeia a implementar medidas mais

restritivas em relação à imigração, alterando o equilíbrio das políticas comunitárias. Por conseguinte, retornaram ao campo político debates sobre o fortalecimento das fronteiras externas da União Europeia e discussões sobre acordos de migração com países fora do bloco.

Este artigo estratégico, portanto, pretende estudar e analisar a retórica e o uso estratégico dos discursos anti-imigração dos partidos de extrema direita na Europa e os desdobramentos para o desenho e adoção de políticas migratórias. Paralelamente, estudará sobre a adoção de políticas migratórias mais restritivas e o papel dos atores de extrema direita nessas decisões. Para uma melhor análise sobre a representação dos imigrantes, as eleições do Parlamento Europeu de 2019 e os discursos políticos de candidatos de extrema direita serão objetos de estudo. As eleições deste ano foram escolhidas por ser um momento que marcou uma nova fase da política europeia, com um Parlamento fragmentado e um maior descontentamento com o status quo. As eleições de 2019 foram descritas como as mais significativas para o Parlamento Europeu, pois se esperava que os partidos populistas e eurocéticos alcançassem um desempenho significativo, conquistando mais de um terço das cadeiras (HOBOLT, S., 2019). Porém, mesmo após a extrema direita não ter alcançado a maioria das cadeiras legislativas, o seu crescimento foi um indicativo das tensões sociais e políticas da Europa, especialmente, sobre a temática de migração.

Nesse sentido, esta pesquisa visa responder à pergunta: Como discursos antimigratórios têm sido mobilizados por candidatos de extrema-direita, e quais são os seus efeitos sobre a formulação de políticas migratórias? Acerca desse questionamento, o estudo propõe analisar as políticas migratórias adotadas após as eleições de 2019 e compreender a relação entre o discurso da extrema direita e a implementação de medidas mais restritivas. Para a construção de um melhor resultado de pesquisa, optou-se por analisar os discursos de dois líderes de extrema direita e verificar seus possíveis padrões. Dessa forma, os discursos dos líderes Matteo Salvini, do partido italiano populista anti-imigrante, Liga e Marine Le Pen, do partido francês Frente Nacional, renomeado como Reagrupamento Nacional (RN) em 2018, serão objetos de pesquisa. A Liga conquistou 28 dos 73 assentos italianos no Parlamento Europeu, enquanto o partido francês obteve 22 dos 74 assentos disponíveis. Para obter um entendimento mais aprofundado e preciso do tema, a análise dos discursos dos líderes Matteo Salvini e Marine Le Pen será realizada utilizando diversas fontes, como as contas oficiais nas redes sociais e reportagens que contenham transcrições e resumo dos discursos.

Assim, a pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, o objetivo é analisar o comportamento da extrema direita e a sua ascensão política pautada pelo seu discurso antimigratório. Nesse sentido, é importante definir os conceitos de extrema direita, de imigrante e de crise migratória. No segundo capítulo, serão analisados, o Parlamento Europeu seus partidos e suas funções e composições (com ênfase nas eleições de 2019), juntamente com as políticas migratórias adotadas desde 2019, com foco na França e na Itália, para compreender o papel dos atores de extrema direita nestas tomadas de decisão e os efeitos dos seus discursos no cenário político. No terceiro capítulo, serão objetos de estudo, os discursos propagados pela extrema direita na eleição de 2019 serão analisados. Em particular, esta pesquisa avaliará os discursos propagados por duas figuras relevantes do grupo político Identidade e Liberdade (ID): Matteo Salvini e Marine Le Pen. Por fim, nas considerações finais, serão feitas recomendações direcionadas a sociedade civil para lidar com o discurso anti-imigração promovido pelos partidos europeus de extrema direita. As recomendações se resumem a 3 ações: promoção da educação sobre diversidade e imigração; resistência ao discurso de ódio nas redes sociais e campanhas de conscientização sobre os direitos humanos. Dessa forma, busca-se ampliar a capacidade e o engajamento da sociedade na resistência às consequências desses discursos, promovendo um ambiente mais justo e democrático.

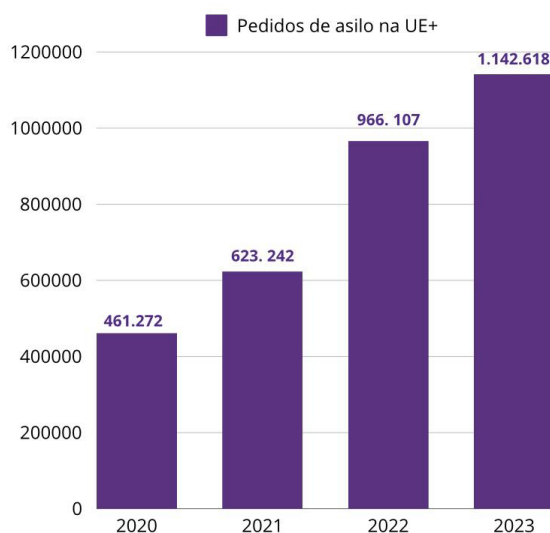
2. Histórico da migração na Europa e os partidos de extrema direita

Esse capítulo analisa a problemática da migração ao longo dos anos no continente europeu e como esse fenômeno é de forma recorrente ligado com a tipologia de crise, de forma estratégica, impulsionando a sensação de medo. Paralelamente, essa primeira parte examina a definição e os fatores determinantes da extrema-direita, segundo determinados autores, visando proporcionar uma melhor compreensão dos discursos antimigratórios.

2.1 A imigração como “crise”

Dentre os desafios enfrentados pelos países, a migração se tornou uma questão central nas agendas de formulação de políticas europeias e uma preocupação constante dos partidos políticos. Esse fenômeno foi acentuado pela crise de mobilidade de 2015, amplamente reconhecida e divulgada como a "crise migratória", caracterizada pelo aumento dramático no número de migrantes e refugiados que adentravam no continente. De acordo com os dados divulgados pela Agência da União Europeia para o Asilo, criada em 2022, entre 2015 e 2016, mais de um milhão de migrantes e solicitantes de asilo chegaram aos países europeus. Os dados refletem dois anos de intensa pressão sobre as autoridades de asilo e acolhimento da União Europeia, seguidos por um período de vários anos de queda nos pedidos, que chegaram a menos de meio milhão em 2020. Essa redução foi acentuada pelas restrições de mobilidade global impostas pela pandemia de COVID-19, que impactaram drasticamente a mobilidade (EUAA, 2024).

Gráfico 1. Número de pedidos de asilo quase triplica de 2020 para 2023



Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório Anual sobre Imigração de da Agência da EU para o Asilo, 2024

Tabela1. Alemanha é líder em pedidos de asilo, seguida por Espanha, França e Itália

Soliciantes de asilo pela primeira vez em 2023		
EU	Nº	Nº por 1 000 pessoas
Alemanha	329 035	3.9
Espanha	160 460	3.3
França	145 095	2.1
Itália	130 565	2.2
Grécia	57 895	5.6
Áustria	55 605	6.1

Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório Anual sobre Imigração de da European Migration Network, 2024

No entanto, como confirmado pelos números do Relatório Anual sobre Imigração de 2023 da Agência da EU para o Asilo (Gráfico 1), o baixo número de 2020 não se estabeleceu como um padrão no contexto europeu. O gráfico quantifica os pedidos de asilo na EU + que consiste nos 27 países da União Europeia somados a Noruega e Suíça e evidencia que entre 2020 e 2023 o número de pedidos mais que triplicou. Os fluxos migratórios atingiram níveis recordes, ultrapassando os números registrados em 2015 e 2016, o que novamente gerou pressão sobre os países em questões como a segurança de suas fronteiras e a necessidade de uma resposta humanitária diante dessas novas ondas migratórias. Conforme os dados do Relatório Anual sobre Imigração da European Migration Network (Tabela 1), entre os países de destino, a Alemanha registrou o maior número total de soliciantes de asilo pela primeira vez, com 329 035 pedidos, seguida pela Espanha, com 160 460 soliciantes, e pela França e Itália, que juntas somam quase 300 mil pedidos. Vale ressaltar que, coletivamente, esses quatro países receberam mais da metade dos pedidos apresentados na União Europeia.

Esse número elevado dos últimos anos é amplamente atribuído à invasão em larga escala da Rússia à Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, após o governo ucraniano solicitar adesão à OTAN, aliança militar entre 29 países europeus e dois países norte-americanos em resposta aos movimentos militares russos ao longo da fronteira ucraniana. Em 2 de março de 2022, a Comissão Europeia ativou a Diretiva de Proteção

Temporária para proporcionar assistência rápida e eficiente às pessoas que fugiam da guerra na Ucrânia. A medida garante proteção temporária na UE aos refugiados do conflito, incluindo a concessão de autorização de residência e acesso à educação e ao mercado de trabalho (European Migration Network, 2023). O presidente russo, Vladimir Putin, justifica a invasão da Ucrânia como uma "operação militar especial", alegando que seria uma resposta a ameaças à segurança nacional da Rússia (BBC, 2024). Desde o início da guerra, milhões foram deslocados, quase 200 mil soldados morreram e mais de 300 mil ficaram feridos (The New York Times, 2023). Esse movimento de deslocamento representa o maior fluxo de pessoas na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Globalmente, o número total de pessoas forçadamente deslocadas ultrapassou a marca de 100 milhões pela primeira vez, englobando refugiados, solicitantes de asilo e deslocados internos (IRC, 2023).

Quando falamos de migração é importante lembrar que o perfil de quem migra é diverso e sua classificação pode ser feita com base em diferentes critérios, como o motivo da migração, a legalidade do movimento e a duração da estadia. Além dos que migram por razões econômicas, sociais, ambientais, educacionais, familiares, entre outras, há também a definição de refugiados, pessoas que recebem esse status após fugirem de seus países de origem devido a perseguições, conflitos armados ou violência, e que recebem proteção internacional e os solicitantes de asilo, indivíduos que fogem de seu país por motivos semelhantes e aguardam a aprovação do status de refugiado.

Para compreendermos melhor o fenômeno migratório, é importante revisitar sua definição. Embora não exista uma definição universalmente aceita, várias foram elaboradas em diferentes contextos. Um exemplo dessas definições está nas Recomendações sobre Estatísticas de Migração Internacional de 1998, elaboradas pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA, 1998). De acordo com essas diretrizes, a migração de longo prazo é simplificada descrita como a permanência em um país por, no mínimo, um ano. De modo geral, é analisada e estudada como o deslocamento de indivíduos de um local para outro, com o objetivo de se estabelecer temporária ou permanentemente em uma nova região geográfica, seja atravessando uma fronteira internacional ou de um Estado. Em consonância com essa compreensão, a Organização Internacional para as Migrações define migração como um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas (IOM, 2009). Dessa forma, conforme relato em um dos relatórios realizados pelo Banco Mundial, o indivíduo

perde o status de migrante ao retornar ao seu país de cidadania ou ao se naturalizar no país de destino.

Porém, em muitos países, a definição de imigrante é excludente, considerando um migrante como alguém nascido no exterior, em vez de um nacional estrangeiro. Isso implica que a integração não é suficiente para que a pessoa não seja vista como estrangeira, perpetuando um status vitalício (BANCO MUNDIAL, 2023). Nesse sentido, a compreensão das diferentes definições de imigração é fundamental para analisarmos seu uso político e como certas definições podem acentuar a diferença entre imigrantes e cidadãos nativos. Essa distinção se torna ainda mais pronunciada em contextos em que a imigração é considerada uma "crise", gerando uma sensação de urgência e a necessidade de controle, o que pode resultar em reações hostis e polarizadoras. Ao analisar essa narrativa de uma crise global contemporânea das migrações e do refúgio, Carolina Moulin Aguiar (2020), argumenta que a crise se transformou em um aparato técnico do governo para viabilizar o avanço de uma política da governabilidade migratória articulada com o direito ao movimento como ponto fundamental de produção de desigualdades no mundo capitalista global.

A narrativa sobre uma crise global contemporânea relacionada à imigração e ao refúgio é sustentada pela forma como a relação entre o deslocamento e as dinâmicas de pertencimento é concebida. Em um cenário de crise, as políticas de acolhimento aos imigrantes tornam-se instáveis, inseguras e até mesmo excepcionais. Nesse contexto, há uma expectativa de ruptura com a ordem natural e nacional, associando as questões de refúgio e deslocamento a um problema emergencial no âmbito internacional. Essa categorização da migração como uma crise permite a adoção de mecanismos excludentes e práticas consideradas anormais, que interrompem o funcionamento habitual das regras e estruturas políticas dos Estados. É importante destacar que a mídia também contribui para reforçar a ideia de que enfrentamos uma situação excepcional que exige uma resposta eficaz a essa "crise".

Figura 1. "A Crise migratória na Europa poderia acabar com a EU?"



Fonte: BBC, 2018.

Figura 2. "Como a Europa deve lidar com a crise migratória?"



Fonte: AL JAZEERA, 2024.

Figura 3. "A crise migratória da Europa não está desaparecendo, mas está mudando."



Fonte: CNN, 2017.

Figura 4. "A crise migratória da Europa: Perguntas dos Leitores Respondidas."



Fonte: The New York Times, 2015.

Figura 5. "Polônia e Países Bálticos intensificam controles de fronteira em meio à crise imigratória."



Fonte: Deutsche Welle, 2024.

Figura 6. "Lampedusa, o epicentro da crise migratória europeia."



Fonte: Le Monde, 2023.

Analizando as manchetes de diferentes portais de notícias (Figura 1 a Figura 6), percebe-se um uso frequente do termo “crise” associado aos fluxos migratórios, enfatizando os desafios políticos e humanitários enfrentados pelos países europeus com o aumento do número de migrantes. Por conseguinte, desde 2015, vincular a ideia de “crise” aos imigrantes, incluindo o uso do termo “crise migratória,” tornou-se um padrão que impacta diretamente a sociedade civil. A própria expressão desperta a atenção do leitor, conferindo ao tema uma sensação de urgência e relevância que influencia tanto a percepção pública quanto as políticas adotadas em resposta ao fenômeno migratório. Ao associar a imigração ao conceito de “crise,” cria-se uma percepção de urgência que demanda uma resposta imediata, apresentando o fenômeno migratório como um evento de grande escala e impacto. O termo crise pode ser definido de diversas formas, dentre elas, como “uma ameaça percebida a valores coletivamente compartilhados que rapidamente altera os objetivos prioritários de uma unidade de tomada de decisão e requer respostas únicas dentro de horizontes de tempo encurtados” (RHINARD et al, 2023). O entendimento de crise e suas variações—como emergência, urgência, exceção, anormalidade e instabilidade—parecem capturar a realidade atual da nossa existência, marcada por um estado contínuo de crise. No contexto dos fluxos migratórios, vincular migração à crise sugere a presença de um perigo constante que deve ser enfrentado para restabelecer a normalidade. Essa associação amplifica o medo em relação aos imigrantes, que são percebidos como o “outro” que traz a crise, gerando tensões e incertezas na sociedade. Dessa forma, o termo “crise” é um ato de fala frequentemente utilizado para securitizar a migração na UE, e é frequentemente seguido por termos negativos como “imigração ilegal”, “migrante econômico”, “refugiado falso”, “invasão”.

A linguagem de “crise” é empregada por diversos atores internacionais, incluindo governos, especialmente os protecionistas, como uma forma de moldar percepções e justificar políticas restritivas, particularmente durante períodos de crise econômica. O uso deste termo também se estende a instituições, como a União Europeia, que frequentemente o adota em relatórios e documentos para comunicar a urgência e a necessidade de respostas rápidas e coordenadas nas áreas de segurança, saúde e economia. Paralelamente, essa estratégia também é frequentemente usada pelas figuras políticas da extrema direita na Europa em seus discursos para reforçar suas posições anti-migratórias, cultivando um sentimento de medo em relação ao aumento dos fluxos migratórios e retratando os imigrantes como um perigo constante e uma ameaça.

2.2 Extrema Direita na Europa

O crescimento dos partidos de extrema direita no cenário político europeu nos últimos anos é notável e pode ser analisado à luz da questão migratória, principalmente do temor criado pelo aumento dos fluxos de migração. A extrema direita se concentra em propagar exclusivamente a ideia de que o aumento da imigração constitui uma ameaça ou até mesmo um inimigo a ser combatido. Ao ignorar os benefícios e priorizar uma narrativa alarmista, esses partidos reforçam o medo e a desconfiança em relação ao imigrante, moldando o debate público e influenciando diretamente na reformulação de políticas migratórias. Assim, esse sentimento constante de medo entre a população é precisamente o que impulsiona as ações desses partidos, sendo um dos principais fatores que ajudam a explicar o sucesso contínuo do extremismo.

O termo “extrema direita” é um conceito abrangente usado para se referir às variantes radicais e extremas da política de direita. É por definição, um termo genérico usado para identificar e reunir atores coletivos localizados na extremidade direita do espectro ideológico, mas não é desprovido de significado devido a essa propriedade agregativa (PIRRO, 2023). Ao examinarmos o panorama político internacional, duas personalidades que ilustram de maneira clara a atuação da extrema direita são o italiano Matteo Salvini e a francesa Marine Le Pen. Matteo Salvini, líder da Liga Norte, inspirado por líderes como Vladimir Putin e Viktor Orbán, ampliou sua plataforma para incluir uma agenda nacionalista, anti-imigração e eurocêntrica. Os críticos de Matteo Salvini frequentemente o comparam a Benito Mussolini devido às semelhanças em sua retórica nacionalista. Aos 46 anos, Salvini é visto como um político antiliberal, com posições autoritárias e misóginas (LYNCH, 2019). Sua ascensão de líder regional, focado na região norte da Itália, para uma posição de influência significativa em todo o país, foi marcada por uma estratégia que ressoa com preocupações populares sobre imigração e identidade nacional. Durante seu mandato como Ministro do Interior da Itália, Matteo Salvini intensificou sua política anti-imigração, alcançando seu auge em 2019, quando bloqueou navios de ONGs que realizavam resgates de migrantes no Mediterrâneo, impedindo-os de desembarcar em portos italianos. Essa estratégia de controlar as fronteiras italianas e reduzir a entrada de imigrantes gerou implicações legais para o agora vice-primeiro-ministro dos transportes do governo de Giorgia Meloni. Os promotores italianos estão buscando uma sentença de seis anos de prisão para o Matteo Salvini devido a uma decisão

tomada em agosto de 2019. O barco ficou retido no mar por quase três semanas antes de ser autorizado a desembarcar na ilha de Lampedusa, após uma intervenção judicial (COONEY, 2024).

Já Marine Le Pen, na França, filha do fundador do partido Reagrupamento Nacional (Jean Marine Le Pen), simboliza os ideais da extrema direita, posicionando-se como uma alternativa para aqueles que apoiam uma agenda conservadora e nacionalista. Sob sua liderança, o partido adota uma retórica incisiva contra a imigração e contra os valores democráticos republicanos, atraindo eleitores que estão descontentes com a política tradicional e veem Le Pen como uma solução para a necessidade de mudanças imediatas. A sua agenda política é focada na defesa da identidade francesa e da soberania nacional, em detrimento da diversidade e da integração de imigrantes. Por defenderem ideais próximos é comum que os partidos de Matteo Salvini e de Marine Le Pen mantenham uma relação estreita, uma certa aliança que reflete seus objetivos em promover uma agenda nacionalista e anti-imigratória. A cooperação entre o Reagrupamento Nacional e movimentos de extrema-direita italianos tem raízes profundas. Um exemplo disso foi em 2011, quando Mario Borghezio levou Marine Le Pen para um comício em Lampedusa contra imigrantes, e mais tarde anunciou sua participação em um evento em Paris da Frente Nacional em homenagem a Joana D'Arc (SILVA et al., 2014). O próprio termo "extrema direita" deve nos alertar para seu crescente envolvimento com elementos antidemocráticos. Segundo o cientista político Lubomír Kopeček (2007), a melhor definição funcional da extrema-direita contemporânea pode ser a combinação de quatro elementos: nacionalismo, xenofobia, lei e ordem, e chauvinismo do bem-estar social, proposto para o ambiente da Europa Ocidental por Cas Mudde (2000).

Para uma melhor compreensão sobre a extrema direita e seus princípios norteadores, é essencial estudar a origem desse extremismo. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, as narrativas da extrema-direita evoluíram, mas mantiveram uma estrutura formal consistente. A partir da década de 1980, a Frente Nacional Francesa (FN) e outros partidos de extrema-direita começaram a mudar sua retórica, compreendendo a imigração em massa como uma ameaça à preservação da identidade cultural nacional, no lugar de uma supremacia racial explícita (KUNDANANI, 2012). Nesse contexto, a questão identitária tornou-se um fator determinante na separação entre o europeu e o imigrante, este último visto como alguém que não faz parte desse grupo comum, sendo novamente associado com a ideia de risco à manutenção do status quo. Os partidos e

movimentos de extrema-direita na Europa justificam a distância social e as proibições de imigração com base em linhas culturais ou étnicas, alegando que essas medidas mantêm a coesão social e a identidade nacional (SA'DI, 2020). Dessa forma, a nação é vista como uma entidade suprema, que ao sobrepor o interesse nacional às liberdades individuais, assume o patriotismo como uma forma de restaurar uma identidade perdida e recuperar uma era de grandeza (BRANDALISE, 2005).

A extrema direita é caracterizada por uma visão totalmente homogênea e totalitária da sociedade, abrangendo não apenas partidos políticos, mas também diversas manifestações, como associações e grupos de indivíduos que defendam práticas violentas direcionadas a grupos oprimidos, como os imigrantes. Nesse contexto, a extrema direita preserva elementos centrais como o nacionalismo, a intolerância a diversidade cultural, étnica, distinguindo-se da direita tradicional pela intensidade de sua violência e radicalismo, justificados pela defesa de uma comunidade/raça considerada superior. (SILVA et al., 2014).

Vale ressaltar que não há efetivamente um fator único de explicação para a ascensão da extrema direita nos últimos anos no cenário político europeu, mas todos os fatores envolvem e trabalham diretamente com um sentimento em comum que congrega seu público de base: o medo. Assim, gera um ambiente propício para forças radicais, que prometem enfrentar fragmentação social, imigração, criminalidade e desemprego (KOPEČEK, 2007).

3. Parlamento Europeu e as eleições de 2019

Este capítulo apresenta um estudo de caso do Parlamento Europeu, explorando a composição política, os principais partidos e as tendências emergentes nas eleições para compreendermos os efeitos dos discursos anti imigração. Nas eleições de 2019, o aumento da participação de partidos populistas e de extrema direita foi um fenômeno marcante, com muitos grupos utilizando desses discursos para mobilizar apoio. Posteriormente, analisa como as políticas migratórias após 2019 passaram por remodelações, resultadas da pressão por medidas mais restritas de controle de fronteiras frente ao aumento dos fluxos migratórios.

3.1 Tarefas e poderes do Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu (PE) é uma das seis principais instituições da União Europeia, composto por 705 eurodeputados, distribuídos proporcionalmente à população de cada Estado-membro. As eleições para o Parlamento Europeu são realizadas a cada cinco anos, durante as quais os partidos políticos submetem suas listas de candidatos e os eleitores têm a opção de votar em um partido ou em uma lista, e os assentos são alocados de acordo com a proporção de votos obtidos. O Parlamento Europeu, iniciado em 1979 como uma assembleia simbólica, tornou-se um órgão legislativo pleno com os Tratados de Maastricht e Amsterdã, supervisionando as instituições comunitárias e realizando debates em público com transcrições disponíveis (DOMBROSKI, 2003). A instituição desempenha um papel fundamental tanto no processo legislativo quanto na representação democrática dos cidadãos europeus. Outro marco importante para o fortalecimento do Parlamento Europeu como uma instituição central e influente no processo decisório da União Europeia foi a aprovação do Tratado de Lisboa em 2009. Desde a entrada em vigor do Tratado, segundo o Art. 121 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, o Parlamento Europeu exerce co-decisão para coordenar políticas econômicas e promover a convergência entre os Estados-membros.

O Legislativo Europeu exerce seus poderes de forma assertiva em relação aos parlamentos nacionais, alterando ou rejeitando propostas governamentais, tratados e acordos internacionais. Sua independência, decorrente da ausência de uma maioria governante, garante-lhe grande influência, podendo aprovar ou rejeitar tratados e acordos internacionais, além de influenciar nas questões orçamentárias. Desta forma, os eurodeputados, representantes eleitos pelos cidadãos, desempenham um papel mais direto nas ações e nas iniciativas do bloco europeu, gerando uma maior transparência, responsabilidade e legitimidade democrática. Vale ressaltar que o Parlamento Europeu é a única instituição da União Europeia cujos membros são eleitos diretamente pelos cidadãos europeus, servindo como um canal essencial para a expressão da vontade popular na política europeia, marcada por momentos de desconexão entre os eleitores e o bloco europeu. Desde as primeiras eleições diretas em 1979, os poderes do Parlamento Europeu cresceram substancialmente. No entanto, ainda há preocupações sobre sua eficácia em reforçar a legitimidade da UE, dado o baixo comparecimento eleitoral. A partir de 2014, um número significativo de eurodeputados eurocéticos foi eleito,

colocando em questão a existência da própria União, enquanto esses partidos ganham força em alguns Estados-membros (KENEALY et al, 2018).

Ao examinarmos questões relevantes, como a imigração, é crucial destacar que muitas decisões são obrigatoriamente submetidas ao Parlamento Europeu, uma vez que as propostas precisam ser aprovadas pelo procedimento de co-decisão, envolvendo o Parlamento e o Conselho da União Europeia. O processo envolve etapas em que o Parlamento e o Conselho aprovam, modificam ou rejeitam propostas, com possibilidade de novas alterações antes da decisão final (DOMBROSKI, 2003). Nesse contexto, torna-se fundamental compreender quem são os atuais eurodeputados, uma vez que suas orientações políticas e ideológicas influenciam diretamente a formulação e aprovação das políticas migratórias. A interação entre os grupos políticos e os interesses nacionais evidencia a complexidade da governança europeia e a dificuldade de estabelecer uma política comum para enfrentar os desafios dos altos fluxos migratórios. Sob essa conjuntura, as eleições de 2019 se destacaram pela elevada participação eleitoral e pela crescente fragmentação do Parlamento, com a ascensão de novos grupos políticos, incluindo partidos de extrema direita.

3.2 Eleições de 2019

As eleições de 2019 para o Parlamento Europeu representaram um marco significativo no debate sobre migração e ascensão da extrema direita, destacando-se pela maior fragmentação política e pela diversidade ideológica crescente na União Europeia. Tradicionalmente liderado pelo Partido Popular Europeu (PPE) e pela Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D), o Parlamento perdeu sua maioria consolidada, com a aparição de novos atores no cenário político. Vale ressaltar, ainda, que essas eleições foram as primeiras realizadas após a saída do Reino Unido da União Europeia, marcando uma nova fase na configuração do bloco. O Partido Popular Europeu (PPE), de centro-direita, manteve-se como o maior grupo no Parlamento Europeu, mas conquistou apenas 182 cadeiras, equivalentes a 24% dos 751 assentos, uma redução em comparação aos 217 obtidos em 2014. O grupo dos Socialistas e Democratas (S&D) ficou em segundo lugar, com 150 eurodeputados (20,5%). As duas forças tinham uma maioria absoluta de 54,86% em 2014 (412 assentos para um corpo de 751 deputados). Juntos, os dois grupos perderam a maioria no Parlamento pela primeira vez em quatro décadas

(HOBOLT, 2019). Essa transformação alterou profundamente o Parlamento Europeu, que deixou de ser hegemonicamente dominado por uma coalizão bipartidária e centralizado para se tornar uma arena fragmentada e imprevisível. Por conseguinte, a nova dinâmica, melhor dita, necessidade, de formar alianças multipartidárias para aprovar legislações tornou o processo decisório mais lento e complexo, devido aos interesses divergentes entre os blocos partidários.

Tabela 2. RN perde uma cadeira, mas LN conquista 23.

Resultado do Parlamento Europeu - 2014		
Partido	% de votos	Cadeiras
RN	24,86	23
LN	6,15	5

Resultado do Parlamento Europeu - 2019		
Partido	% de votos	Cadeiras
RN	23,24	22
LN	34,26	28

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Parlamento Europeu

Como demonstrado na tabela 2, RN e LN, partidos de extrema direita ganharam força e conquistaram mais cadeiras, ampliando sua influência no cenário europeu e os consolidando como protagonistas do movimento nacionalista e eurocético. O partido populista anti imigrante Liga, liderado por Matteo Salvini, vice-primeiro-ministro da Itália, superou seu parceiro de coalizão, o Movimento Cinco Estrelas. Já na França, o Rally Nacional, de Marine Le Pen, derrotou o En Marche de Macron, mas registrou uma participação de votos inferior à de 2014 (HOBOLT, 2019). Esses dois partidos de extrema direita fazem parte do bloco Identidade e Democracia (ID), que conquistou 73 das cadeiras do Parlamento, sendo 28 assentos para o partido italiano e 22 para o francês, tornando-se a quinta maior força da casa. Liderado por Matteo Salvini e Marine Le Pen, o bloco ID foi estabelecido em junho de 2019, consolidando um processo iniciado com a criação do Europa das Nações e da Liberdade (ENL) em 2015. O objetivo era reunir os principais partidos de extrema-direita europeus em torno de uma agenda comum, com

foco na oposição à imigração, ao multiculturalismo e à integração europeia aprofundada (BALAS, 2023).

Tabela 3. Composição do Parlamento em 2019

Partido	Nº de assentos	% de assentos
PPE	182	24,23
S&D	154	20,51
Renew Europe	108	14,38
Verdes/EFA	74	9,85
ECR	62	8,26
ID	73	9,72
A Esquerda	41	5,46
NI	57	7,59

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Parlamento Europeu

A Tabela 3 evidencia uma maior fragmentação no Parlamento Europeu, impulsionada pelo crescimento de partidos que fogem ao eixo político tradicional. Essas eleições marcaram o início de uma nova era na política europeia, caracterizada pelo fortalecimento do nacionalismo e pelo crescente descontentamento com o status quo. Embora a extrema-direita não tenha obtido a maioria das cadeiras, a oposição à imigração emergiu como uma das principais bandeiras, com determinados partidos adotando posturas rígidas e alimentando temores e inseguranças dos europeus sobre os imigrantes. O bloco ID defende a "cooperação voluntária entre nações europeias soberanas". Na agenda de 2018, a Liga busca recuperar a soberania em comércio e justiça, propondo o fim da competência da Comissão Europeia para acordos comerciais e a revogação do Acordo de Schengen. Já o Reagrupamento Nacional, enfatiza a supremacia da lei nacional, a eliminação da Comissão e a transferência da iniciativa legislativa para o Conselho da UE (BALAS, 2023). O Acordo, estabelecido em 1985, tem como objetivo garantir a livre circulação de pessoas entre os países signatários, eliminando controles de

passaporte nas fronteiras internas. Essa política contrasta com a abordagem de partidos de extrema direita, que defendem o fortalecimento das barreiras e o controle rigoroso dos fluxos migratórios. Esses grupos fomentam a visão de uma Europa ameaçada por forças externas e reforçam a urgência de criarem restrições à entrada de imigrantes e adotarem políticas mais rigorosas.

É evidente a preocupação dos partidos de extrema direita em relação à ausência de políticas mais rígidas de controle de fronteiras, especialmente no que tange à imigração ilegal. Embora defendam o combate à ilegalidade e enfatizem a soberania e reformas na União Europeia, esses partidos tendem a generalizar quando o assunto é imigração, tratando os imigrantes de maneira homogênea como uma ameaça. Assim, a discussão sobre a imigração permanece central nas discussões políticas em toda a Europa, influenciando as abordagens em relação à imigração e ao controle das fronteiras.

3.3 Mudanças nas Políticas Migratórias

A narrativa de crise migratória com as elevadas taxas de imigração juntamente com o fortalecimento dos partidos de extrema direita contribui para que as políticas migratórias se tornassem um dos principais focos da agenda europeia. No contexto da imigração, é essencial considerar o papel do Sistema Comum de Asilo Europeu (CEAS), criado para harmonizar e tornar mais eficiente o processo de asilo entre os países da União Europeia. Tendo como base a premissa de fronteiras abertas e liberdade de circulação, a Declaração de Tampere, dentro do CEAS, estabeleceu uma abordagem integrada da migração, abordando questões políticas, direitos humanos e desenvolvimento nos países de origem e trânsito (EUROPEAN UNION AGENCY FOR ASYLUM, 2020). Embora o CEAS tenha sido uma tentativa de criar um sistema mais uniforme de asilo na UE, ele tem enfrentado desafios. Dentre os principais esforços dos partidos, observou-se uma mobilização maior para que o sistema europeu de asilo, principalmente o Regulamento de Dublin, fosse revisto. Nesse contexto, países como Itália e Grécia, denunciaram a desproporcionalidade na distribuição dos imigrantes pelos países membros da União Europeia. No entanto, esses dois países não eram os únicos sob pressão. A intensificação repentina da imigração irregular de fora da Europa gerou um crescente descontentamento público em relação à imigração e ampliou a politização interna da integração europeia (LUTZ; KARSTENS, 2021).

Sob pressão política e pública para adotar políticas mais restritivas de asilo, vários países da União Europeia têm tomado medidas mais rigorosas, como o endurecimento dos controles nas fronteiras. Esse novo posicionamento, desencadeado pela imigração em massa, simboliza um dos maiores paradoxos da União Europeia, formada para ser um espaço de cooperação e solidariedade entre seus integrantes. No entanto, atualmente, esses mesmos países adotam políticas restritivas em relação aos pedidos de asilo e à imigração. Os Estados-membros da União Europeia, embora receptivos ao livre movimento de bens, capitais e serviços, têm resistido ao movimento de pessoas, intensificando o controle da migração e alocando recursos significativos para isso (THE LANCET, 2024).

Tabela 4. Reintrodução temporária do Controle de Fronteiras

País	Duração	Razões
ÁUSTRIA	11/12/2024 – 05/11/25	Migração irregular persistente, aumento do contrabando em suas fronteiras ao sul, pressão sobre o sistema de recepção de asilo, riscos de segurança ligados aos conflitos na Ucrânia e no Oriente Médio, além da ameaça de terrorismo na UE, especialmente em suas fronteiras com Hungria e Eslovênia.
DINAMARCA	11/12/2024 – 05/11/25	Ameaças à segurança interna e políticas públicas devido ao terrorismo, crime organizado, agressão russa na Ucrânia, espionagem, sabotagem, e impactos de conflitos no Oriente Médio e África, que aumentam a migração irregular e o risco de infiltração radicalizada, afetando todas as fronteiras, incluindo as com a Alemanha.
FRANÇA	11/01/2024 – 30/04/2025	Ameaças de terrorismo, redes criminosas e migração irregular, com risco de infiltração radicalizada. Travessias no Canal da Mancha e Mar do Norte intensificam tensões e violência em áreas como Dunquerque e Calais, afetando fronteiras com países vizinhos.
ALEMANHA	11/12/2024 – 15/03/2025	Riscos à ordem pública e à segurança, agravados pela pressão nas fronteiras da UE devido à situação no Afeganistão, Turquia e Síria, além do contrabando e da guerra da Rússia na Ucrânia. A segurança no Oriente Médio e a ação de grupos terroristas intensificam as ameaças, impactando as fronteiras com a Áustria.
ITÁLIA	19/12/2024 – 18/06/2025	A rota do Mediterrâneo e dos Balcãs traz risco de infiltração terrorista em fluxos migratórios, agravado por crises na Europa Oriental e Oriente Médio. Há aumento das pressões migratórias e ameaças contra cidadãos israelenses, além de riscos relacionados ao Jubileu da Igreja Católica, impactando fronteiras com a Eslovênia.
SUÉCIA	11/12/2024 – 05/11/25	A segurança interna enfrenta graves ameaças devido ao terrorismo e crimes ligados a conflitos armados envolvendo gangues, afetando todas as fronteiras internas (terra, ar e mar).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Comissão Europeia, 2024

A Tabela 4, com base em dados da Comissão Europeia sobre solicitações feitas por países europeus para retomarem o controle de fronteiras internas, evidencia como,

nos últimos anos, essas nações adotaram políticas mais rígidas em seus territórios. Essa tabela mostra alguns países com atuais controles de fronteira reintroduzidos temporariamente na Europa. Conforme estabelecido pelos artigos 25 e 26 do Código de Fronteira Schengen (2006), os países que desejam reintroduzir controles devem notificar a Comissão Europeia e os outros Estados Schengen com no mínimo 4 semanas de antecedência com uma justificativa detalhada para tal ação (EUROPEAN COMMISSION, 2024). Essa reintrodução do controle fronteiriço é uma prerrogativa dos Estados membros e faz parte de um padrão de resposta mais rígido, sendo a Comissão responsável por emitir um parecer sobre a necessidade da medida e sua proporcionalidade, mas sem poderes para vetar a decisão dos países. De acordo com o Código de Fronteiras Schengen (2006), as verificações de fronteira só podem ser reintroduzidas como último recurso, quando houver uma ameaça grave à segurança interna ou à ordem pública. Como destaca o Pesquisador de Migração e Asilo da Odisee University College, essa medida é legal, mas deve ser aplicada de forma temporária (WALKER, 2024).

Dos vinte e nove países do espaço Schengen, atualmente, oito países reintroduziram o controle temporário de fronteiras: Itália, França, Áustria, Alemanha, Países Baixos, Dinamarca, Noruega e Suécia (EUROPEAN COMMISSION, 2024). As solicitações de reintrodução do controle de fronteiras internas são reflexos diretos dos desafios internos e externos enfrentados pelos Estados-membros da União Europeia. Nesse contexto, a instrumentalização política da migração intensifica as questões de segurança e ordem pública, fortalecendo a chamada "percepção de ameaça" na região. Em geral, a maior parte dos países relata o aumento da migração irregular, normalmente associada a rotas específicas, como as do Mediterrâneo e dos Bálcãs, somada à pressão sobre as infraestruturas nacionais, que se mostram incapazes de gerenciar adequadamente o crescente número de pedidos de asilo.

Para uma análise mais aprofundada dos discursos de extrema direita de Marine Le Pen e Matteo Salvini no próximo capítulo, é essencial observar as transformações nas políticas migratórias da França e da Itália. A Tabela 4, com os dados da Comissão Europeia, apresenta os detalhes da mais recente decisão do governo francês, que solicitou o restabelecimento temporário dos controles nas fronteiras até o final de abril de 2025, fundamentando o pedido em graves ameaças à segurança interna e à ordem pública. O primeiro-ministro francês, Michel Barnier, afirmou no Twitter que os franceses esperam políticas eficazes de controle migratório e elogiou o modelo da fronteira com a Itália, que será expandido para outras fronteiras terrestres da França (L'OPINION, 2024). Essas

medidas de controle estendidas pelo governo francês seguem um padrão de endurecimento das políticas migratórias para reforçar a segurança nacional e responder as preocupações públicas sobre a imigração e seus impactos socioeconômicos. Apesar de ser temporária, não há impeditivos para que a França entre em um ciclo contínuo de pedidos por reintrodução de fronteiras. Nesse contexto, cerca de 20 postos de controle serão instalados nas proximidades das principais cidades fronteiriças, visando garantir um monitoramento mais rigoroso da imigração (SEVINIC, 2024).

Após a vitória da extrema direita nas eleições para o Parlamento Europeu neste ano, Emmanuel Macron dissolveu a Assembleia Nacional e convocou novas eleições legislativa. No segundo turno, a coalizão de esquerda Nova Frente Popular obteve a maioria dos assentos, superando as forças de extrema direita, que haviam liderado no primeiro turno. Sob a liderança de Emmanuel Macron, a França adotou políticas restritivas de imigração em resposta ao aumento da popularidade da extrema direita. Para 2025, o governo francês anunciou um projeto de lei sobre imigração que será apresentado ao parlamento. A proposta deve prever a ampliação dos períodos de detenção de imigrantes indocumentados e aumentar o tempo de tempo que um migrante irregular pode ser detido se for considerado perigoso (LINDSAY, 2024). A extrema fragmentação na Assembleia Nacional francesa, resultante das eleições legislativas, colocou o presidente Emmanuel Macron em uma posição política desafiadora. Sem maioria absoluta para sua coalizão ele foi forçado a buscar alianças estratégicas com setores da direita tradicional, fortalecendo sua base de apoio e, ao mesmo tempo, neutralizar o crescimento da extrema direita, liderada por Marine Le Pen. Nesse contexto, o presidente Emmanuel Macron nomeou o veterano conservador Michel Barnier para o cargo de primeiro-ministro, e este escolheu Bruno Retailleau para o Ministério do Interior. Retailleau, firmemente alinhado à direita em questões de imigração, priorizou a migração irregular, prometendo aumentar as deportações de solicitantes de asilo rejeitados e restringir as possibilidades de regularização do status migratório (LINDSYA, 2024).

Todavia, essa nova proposta de lei sobre imigração não é uma novidade na agenda política francesa, apenas uma continuação do aumento de ações restritivas no país. No final de 2023, uma lei de imigração que visava endurecer as políticas migratórias foi aprovada, reflexo do equilíbrio que o governo de Macron tenta manter diante de um Parlamento fragmentado com demandas de diferentes espectros políticos. O projeto de lei permitiria a deportação de pessoas protegidas pela legislação atual, caso seu comportamento fosse considerado “uma séria ameaça à ordem pública”, além de impor

regras mais rígidas para concessão de títulos de residência (HUMAN RIGHTS WATCH, 2023). O projeto passou por intensas modificações, especialmente devido à pressão do Senado, de maioria conservadora, por medidas ainda mais rígidas, tendo sua versão final aprovada com alterações e censuras. O Conselho Constitucional da França emitiu sua decisão sobre a lei de imigração, censurando total ou parcialmente 35 dos 45 artigos contestados, especialmente aqueles que haviam sido modificados no Senado por parlamentares de direita (GEOFFROY et al, 2024). O projeto foi repleto de modificações e considerado inconstitucional em grande parte, mas a extrema direita emergiu vitoriosa desse processo. A extrema direita se aproveita da situação para dividir "o povo" e "os juízes", que atenuaram os danos do projeto, enfraquecendo as salvaguardas constitucionais e justificando práticas discriminatórias, o que ameaça a República e a imagem da França (LE MONDE, 2024).

Já a Itália, também anunciou a reintrodução temporária de controles em suas fronteiras internas, citando preocupações com migração irregular e segurança nacional. Conforme os dados da Tabela 4, fornecidos pela Comissão Europeia, a medida entra em vigor em 19 de dezembro de 2024, em resposta ao aumento significativo do fluxo migratório através das rotas do Mediterrâneo Central e dos Balcãs. Dentre as razões para a reintrodução temporária do controle de fronteiras, que será mantido até 18 de junho de 2025, a fronteira com a Eslovênia foi novamente incluída. Devido à guerra entre Israel e o Hamas, a Itália notificou a Comissão Europeia, em 21 de outubro de 2023, sobre a reintrodução dos controles de fronteira com a Eslovênia, inicialmente até 30 de outubro. Entretanto, Roma emitiu cinco extensões à medida (DESKU, 2023). Em um comunicado do governo italiano sobre a reintrodução dos controles das fronteiras internas terrestres com a Eslovênia no final de 2023, reafirmou o quadro de constante pressão migratória em que a Itália está presa. A intensificação das crises europeias, elevou os riscos de violência na União Europeia. O Comitê Antiterrorismo destacou a necessidade de reforçar medidas de controle, já que os atuais mecanismos na fronteira são considerados insuficientes para garantir a segurança (PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, 2023).

Esse padrão de políticas mais restritivas de imigração na Europa nos últimos anos é uma resposta à crise migratória e ao aumento de tensões relacionadas à gestão de fronteiras. Além de pedidos pra reintrodução da fronteira, a Itália em 2023 declarou estado de emergência, devido ao aumento de chegadas pelo Mediterrâneo e às dificuldades de acolhimento. O estado de emergência na Itália concede ao governo

poderes extraordinários para aprovar medidas sem passar pelo parlamento, incluindo alterações à legislação vigente. A medida é justificada para responder rapidamente a crises imprevistas (VIGANO, 2023). Este cenário é decorrente de tensões sociais e do uso do tema migratório por partidos políticos para consolidar discursos securitários, os quais conduzem à elaboração de políticas que resultem em ações imediatas. Nesse contexto, a analista de e políticas jurídicas do grupo de políticas de migração, Carmine Conte, argumenta que abordar a migração como uma emergência alinha-se à política do governo, que busca criminalizar as ONGs envolvidas no resgate de migrantes no mar (VIGANO, 2023).

O Decreto-Lei nº 1/2023, endurece as regras para embarcações de resgate, permitindo ao Ministro do Interior, com apoio de outros ministérios e aviso prévio ao Primeiro-Ministro, restringir ou proibir seu trânsito e permanência no mar territorial (DANISH REFUGEE COUNCIL, 2023). A legislação aprovada pela Itália impôs novas restrições às operações de navios de resgate, incluindo muitas vezes ordená-los a portos distantes para desembarque, para reduzir a pressão migratória, principalmente no sul da Itália. A nova lei exige que navios solicitem acesso imediato a um porto após um resgate, impedindo buscas prolongadas por outras embarcações em perigo. Antes, ONGs costumavam realizar múltiplos resgates no Mediterrâneo antes de seguir para a Itália (AMANTE, 2023)

A análise de certas políticas migratórias adotadas na França e na Itália revela como a extrema direita tem justificado agendas antimigração, defendendo políticas mais rígidas, especialmente no controle das fronteiras. Embora as políticas de imigração e os procedimentos de asilo sejam nacionais, a livre circulação na Europa, segundo muitos observadores, transforma-se em um alvo fácil, com o apelo de "retomar o controle das fronteiras" sendo eficaz para gerar manchetes (HENLEY, 2024). Esse tema será aprofundado no próximo capítulo, com foco nos discursos dos líderes políticos Marine Le Pen e Matteo Salvini.

4. Discursos da extrema direita sobre imigração na Europa

Neste capítulo, analisaremos os discursos de duas figuras centrais no uso da retórica anti-imigração pela extrema direita: Marine Le Pen, líder do partido francês Reagrupamento Nacional, e Matteo Salvini, líder do partido italiano Liga. Para uma

análise mais aprofundada, serão examinadas falas extraídas de seus discursos, publicadas em reportagens, bem como suas postagens nas redes sociais, mais especificamente, em suas contas de Twitter, como será explicado mais adiante. Essa abordagem possibilitará uma compreensão mais profunda de como suas posições estão relacionadas às representações de suas identidades nacionais, diferenciando-se dos imigrantes, por um lado, e da União Europeia, por outro, o que legitima a adoção de medidas mais restritivas.

4.1 Marine Le Pen

“Eu irei te proteger! É uma escolha entre uma França que está se reerguendo e uma França que está afundando. A imigração em massa não é uma oportunidade para a França, é uma tragédia para a França.”

-Marine Le Pen, 2017.

Marine Le Pen, filha do fundador do partido francês Frente Nacional, assumiu a liderança em 2011. Mantém uma linha dura sobre a questão da imigração e defende uma postura fortemente anti-imigração, com foco em políticas nacionalistas, proteção das fronteiras e oposição à União Europeia. Ela foi candidata à presidência da França em 2012, 2017, e 2022, chegando ao segundo turno nas duas últimas eleições. Já nas eleições legislativas deste ano, o partido conquistou 142 assentos no parlamento francês, enquanto bloco de esquerda, Nova Frente Popular, se consolidou como a maior força parlamentar. Le Pen declarou que a França “perdeu mais um ano” sem avanços nas questões centrais de sua agenda, como a redução da imigração, a insegurança e o poder de compra, após seu partido sofrer uma derrota para os rivais de esquerda (CNN, 2024). Embora esse crescimento significativo não tenha sido suficiente para obter a maioria necessária para governar, reforça o impacto crescente da extrema direita na política francesa.

Apesar da imigração ter ganho maior destaque na agenda política europeia após o aumento expressivo dos fluxos migratórios em 2015, Marine Le Pen já defendia, anteriormente, a necessidade de controlar a entrada de imigrantes, associando-os a ameaças à nação, à soberania e à Europa. Em um discurso realizado em Paris, em 2012, Le Pen declarou haver uma estreita relação entre a imigração em massa e os déficits

sociais da França. Para ela, "a imigração em massa agrava nossas dificuldades: mais imigração significa mais desemprego, mais insegurança, maiores déficits orçamentários, mais endividamento e um fardo insuportável" (VERMESCH, 2022). Vale destacar o uso da metáfora “fardo” ao tratar da imigração, reforçando a ideia de que a presença de imigrantes representa um problema, um peso excessivo e um ônus para a sociedade francesa. Marine Le Pen apresenta a entrada de estrangeiros como uma ameaça à segurança e à economia da França, abordando esses temas como questões sensíveis que encontram eco em grande parte do eleitorado. Paralelamente, Marine Le Pen também associa a unidade nacional ao passado glorioso da França, defendendo a “pureza” cultural e a rejeição de estrangeiros.

Com uma retórica antimigratória, ela explora o sentimento de insegurança e o medo dos franceses, além da urgência de um maior controle das fronteiras para mitigar os danos da imigração. Esse discurso pavimenta o caminho para a defesa de políticas mais extremas e restritivas, que visam limitar os fluxos migratórios para promover o bem-estar nacional. Suas declarações seguem um padrão típico dos partidos de extrema-direita: apelos emocionais e exploração do medo do outro para justificar um controle rigoroso das fronteiras, visando garantir a segurança nacional, a soberania e a preservação da identidade. O "outro" é associado a custos significativos que recaem sobre os franceses comuns. Le Pen frequentemente apresenta essa figura como um migrante econômico que se beneficia às custas dos franceses ou como um desempregado que abusa do sistema. Ela afirma que "os migrantes querem ir para a França porque é aqui que os imigrantes ilegais têm mais acesso." (MOZOLEVSKA, 2024). Nesse contexto, os franceses são apresentados como vítimas que enfrentam dificuldades econômicas e sociais devido à competição por recursos, empregos e serviços, reforçando a percepção de que a imigração seus direitos e sua qualidade de vida. É nesse apelo emocional ao sentimento de injustiça, que Marine Le Pen fundamenta seus discursos, sem hesitar em reconhecer que suas palavras podem incitar atos de violência, de repressão e de hostilidade contra os imigrantes. Ao fazer isso, ela frequentemente ignora as nuances e a complexidade da imigração e das questões sociais, preferindo simplificá-las em uma narrativa de "nós contra eles", desconsiderando a possibilidade de convivência harmoniosa entre todos os grupos sociais.

A sociedade francesa está se tornando cada vez mais dividida, com manifestações de apoio à imigração sendo silenciadas e reprimidas. A ideia de que indivíduos que não são franceses não deveriam ter acesso aos benefícios da sociedade contribui para essa

polarização. A retórica anti-imigração da extrema direita busca frequentemente restringir os direitos e liberdades de imigrantes e minorias, fomentando a discriminação e a exclusão social, fragmentando a sociedade em grupos opostos, minando o senso de fraternidade e solidariedade entre os cidadãos).

Para a análise da retórica anti-imigração de Marine Le Pen, nesta próxima seção serão analisados trechos de seus discursos publicados em sua conta oficial do Twitter (@MLP_oficiel), criada em novembro de 2010. A líder francesa tem uma presença constante na plataforma, sobretudo por ser um veículo de campanha, usado tanto para as eleições do Parlamento Europeu quanto para as eleições presidenciais ou locais. Foi priorizado partes das falas nas quais a líder francesa abordasse diretamente a questão da imigração e seus principais argumentos e estratégias de comunicação. Esses tuítes foram selecionados após uma consulta no perfil por palavras-chave como “imigração”, “segurança”, “fronteira”, “União Europeia”, “identidade nacional” e “identidade francesa” e variam de 2015 a 2023. O recorte inicia em 2015, devido à crise migratória de 2015, que intensificou o debate sobre a imigração e suas implicações políticas e sociais. Essa estratégia permitiu identificar elementos fundamentais de sua retórica e compreender como suas falas são estruturadas para consolidar sua posição contrária à imigração e expandir seu alcance entre diferentes setores da sociedade. Essa seção foi organizada em três subseções, que abordam os principais temas dos discursos de Le Pen sobre a questão migratória na Itália: segurança, União Europeia e identidade nacional.

4.1.1 Segurança

"A imigração é um fardo considerável para o nosso país, em termos económicos, sociais e de segurança." #BourdinDirect (@MLP_oficiel, 2017, tradução própria).

"Queremos recuperar o controle das nossas fronteiras, porque estamos sobrecarregados pela imigração." #E1Matin (@MLP_oficiel, 2017, tradução própria).

"A insegurança não é apenas um sentimento, é também um dano e um trauma. Independentemente do que digam as pessoas que pensam bem, a

imigração tem um papel preponderante na insegurança que assola os nossos subúrbios, vilas e cidades. Agora, as aldeias..." #ConfMLP #PJLASilemmigration (@MLP_oficiel, 2018, tradução própria).

“Durante o debate presidencial, alertei para o aumento da insegurança nas zonas rurais, uma insegurança que já não poupa nenhum território. Precisamos de um ponto de viragem em matéria penal e de pôr fim à imigração em massa se quisermos combater a selvageria da nossa sociedade.” (@MLP_oficiel, 2023, tradução própria).

O sentimento explorado pelo partido é o medo, catalisado, segundo eles, pela insegurança causada pela entrada de imigrantes, construindo a ideia da imigração como um dano, ou, nas palavras de Le Pen, um fardo. A insegurança é apresentada como uma consequência direta da entrada em massa de imigrantes, que pode se traduzir em trauma e dano para os franceses. De modo geral, a líder do partido Reagrupamento Nacional reforça no imaginário de seus leitores a visão de uma França enfraquecida, minada e ameaçada pela presença dos imigrantes, tanto legais quanto ilegais. Adotada pelo partido Reagrupamento Nacional, essa estratégia canaliza a frustração dos eleitores em direção à imigração, simplificando problemas complexos e oferecendo um alvo específico para o descontentamento popular.

Dentro dessa narrativa de crise, Marine Le Pen se apresenta como a única líder capaz de proteger a França das ameaças iminentes da imigração, defendendo a segurança, os valores, a cultura, a economia e a soberania do país, que ela vê como sobrecarregado pelo fluxo migratório descontrolado. Assim, busca convencer os eleitores de que acolher imigrantes na França representa um risco para o país, promovendo a ideia de que a melhor solução para uma França futura, mais próspera e segura, é votar no Reagrupamento Nacional (VARGA, 2019). Essa abordagem polariza a opinião pública e coloca a imigração como tema central das campanhas eleitorais, intensificando o debate sobre os impactos do número crescente de imigrante e fortalecendo o papel do Reagrupamento Nacional no cenário da política francesa.

Em seus discursos, uma estratégia recorrente é o uso da palavra "fronteira" como um símbolo de segurança nacional, identidade e soberania. Le Pen utiliza essa associação para retratar os imigrantes como uma ameaça à sociedade, especialmente no que diz respeito à segurança pública. A fronteira, para Marine Le Pen, é um marcador de

identidade e uma barreira administrativa, legislativa e econômica. Ela propõe um isolamento, fundamentado em uma visão simplificada da realidade das fronteiras, que contrasta com a perspectiva de um mundo globalizado (VARGA, 2019). Le Pen critica a globalização por enfraquecer as fronteiras nacionais, permitindo a entrada descontrolada de imigrantes e ameaçando a segurança e identidade das nações europeias. Ela afirma: "A globalização, com a abertura das fronteiras, entregou nossas ruas, bairros e cidades a uma imigração desmesurada, transformando certos lugares em áreas não-França." (LE POINT, 2019).

Sobre a temática de controle das fronteiras, é importante mencionar o embate entre Marine Le Pen e o Acordo de Schengen. O espaço, estabelecido em 1985 e incorporado ao quadro jurídico da União Europeia em 1997, pelo Tratado de Amsterdã, eliminou os controles internos de fronteiras, permitindo a livre circulação de pessoas entre os países participantes. Dos 27 membros da União Europeia, apenas Irlanda, Bulgária, Romênia, Croácia e Chipre não fazem parte. Todavia, uma das políticas defendidas por Marine Le Pen é renegociar os acordos de Schengen para reintroduzir controles fronteiriços simplificados, visando identificar mais facilmente cidadãos não europeus que cruzam as fronteiras. A proposta busca substituir a ausência de fiscalização nas fronteiras internas da União Europeia por procedimentos que mantenham a livre circulação para os europeus, enquanto reforçam o monitoramento e a segurança contra imigração irregular (IMBACH; ROMAIN, 2022). Nesse contexto, posicionar-se como defensora das fronteiras nacionais significa colocar a França como prioridade, rejeitando a imigração por considerá-la um obstáculo aos interesses do país e, principalmente, um risco à capacidade da nação de gerenciar autonomamente suas fronteiras.

4.1.2 União Europeia

"Os imigrantes ilegais são apenas brinquedos das políticas anti-nacionais da Euroditatura e dos seus representantes." #ConfMLP (@MLP_oficiel, 2015, tradução própria).

“Grande e clara vitória de Viktor Orban na #Hungria : a inversão de valores e a imigração em massa defendidas pela UE são mais uma vez

rejeitadas. Os nacionais podem ser maioria na Europa no próximo #Européennes2019!” (@MLP_oficiel, 2018, tradução própria).

“Esta torrente migratória que a UE não consegue controlar e que incentiva através do pacto de migração, recorda a urgência de as nações europeias se libertarem das regras e da jurisprudência europeias, especialmente em matéria de asilo.” (@MLP_oficiel, 2023, tradução própria).

“Apelar à UE para regular a imigração é vão e perigoso. Vão porque é ineficiente e quer facilitar a imigração. Perigoso porque concordaríamos em transferir a gestão da imigração, que deve continuar a ser da responsabilidade das Nações.” (@MLP_oficiel, 2023, tradução própria).

Um dos principais pilares dos discursos de Marine Le Pen é o ataque constante à União Europeia, questionando sua legitimidade e sua capacidade de proteger os europeus frente ao fluxo contínuo de imigrantes. No primeiro tuíte, o uso da metáfora "Euroditadura" para se referir à União Europeia deixa claro o posicionamento crítico de Le Pen em relação ao bloco europeu, retratando-o como uma entidade autoritária que age contra os interesses nacionais. Esse termo sugere que a instituição europeia promove políticas prejudiciais aos Estados-membros e aos seus cidadãos, em vez de proteger os valores democráticos e ser um instrumento de cooperação. Em outras palavras, ela reconfigura a imagem da União Europeia ao apresentá-la como uma inimiga que ameaça a soberania nacional. Com essa abordagem, Marine Le Pen busca convencer os eleitores a apoiar o Reagrupamento Nacional, enfatizando os supostos riscos associados à acolhida de imigrantes na França. Em seus discursos, ela argumenta que a imigração é prejudicial para o país, apresentando-a como uma consequência direta da política negligente e irresponsável da União Europeia (VARGA, 2019).

Le Pen defende assiduamente que a França não deve se subordinar às regras e à jurisprudência da União Europeia (UE) na questão imigratória ao propor a criação de uma Aliança Europeia de Nações que irá progressivamente substituir a União Europeia. O referendo proposto por Marine Le Pen visa modificar a Constituição francesa com o objetivo de permitir que "a França reconcilie seu compromisso europeu com a preservação de sua soberania e a defesa de seus interesses". Todavia, segundo

especialistas em direito constitucional, a proposta é inviável, pois conflita com os compromissos assumidos pela França nos tratados da União Europeia (IMBACH; ROMAIN, 2022). O projeto de lei contra imigração, chamado de projeto pela França por Marine Le Pen, destaca a importância de alterar a superioridade do direito da União Europeia sobre o direito nacional. O controle da imigração na França é limitado pela subordinação do direito francês ao direito europeu. A fim de assegurar a soberania francesa, é primordial que a hierarquia das normas jurídicas evolua e a Constituição Francesa predomine sobre o direito internacional nas políticas internas, sobretudo no que se refere à imigração (LE PEN, 2022).

Dessa forma, para Marine Le Pen, a vontade soberana dos países deve predominar contra o que ela considera uma inversão de valores da UE ao promoverem a imigração em massa. Marine Le Pen apresentou a União Europeia como um inimigo, evocando sentimentos negativos como injustiça, revolta e medo do desconhecido. Seu objetivo era gerar apoio ao pintar a UE como uma ameaça à soberania e segurança nacional, com foco nas políticas migratórias que ela considerava prejudiciais à identidade dos países europeus (MUREŞAN, 2022). Ao construir essa narrativa de oposição entre Europa e União Europeia, sua estratégia de persuadir os franceses de que são oprimidos e prejudicados pelas imposições da União Europeia, sem que haja um comprometimento real com os desafios enfrentados pelos europeus, tem convencido muitos.

4.1.3 Identidade nacional

"A imigração massiva e descontrolada é uma ameaça à nossa soberania, às nossas liberdades, à nossa identidade. #NPDCP" (@MLP_oficiel, 2015, tradução própria).

"A Frente Nacional caminha sobre duas pernas: a defesa da identidade francesa, especialmente face à imigração massiva, e a defesa da solidariedade e da soberania nacional. #JTMLP" (@MLP_oficiel, 2018, tradução própria).

"A Constituição deve consagrar o princípio da nacionalidade adquirida por descendência, mesmo que a aquisição por outros meios possa ser legalmente possível: para ser francês, é preciso querer e merecer!"

#ConfMLP #PJLAseImmigration (@MLP_oficiel, 2018, tradução própria).

"Minha primeira decisão como presidente será controlar a imigração, assumindo o controle de nossas fronteiras e de nossa política de vistos. Vou mudar o Código da Nacionalidade, para que a nacionalidade francesa seja herdada ou conquistada." #BourdinDirect (@MLP_oficiel, 2021, tradução própria).

Esses tuítes são um exemplo de como Marine Le Pen, em seus discursos, invoca a defesa da identidade nacional e da França para justificar o fim da imigração em massa. Marine Le Pen adota uma postura nacionalista, que permeia toda sua retórica política, o que não é surpreendente, considerando que se posiciona como uma líder popular do povo francês. Para ela, a preservação da identidade nacional e a soberania da França são questões fundamentais, que precisam ser protegidas contra o que ela vê como as ameaças representadas pela União Europeia e pela globalização. Ela associou diretamente o fluxo migratório intercontinental que a Europa enfrentou nos últimos anos à possível destruição da identidade nacional, argumentando que isso gerou um sentimento de desconexão entre o povo francês (MUREŞAN, 2022). A narrativa de que a imigração descontrolada ameaça os valores e a cultura tradicionais da França é um ponto central no discurso da direita no país, apresentando a questão migratória como um desafio à ideia de uma França homogênea, com sua soberania e a identidade nacional intactas.

Na visão de Le Pen, os imigrantes são “os outros”, criando uma dicotomia entre franceses e não franceses, uma relação de confronto. Nesse contexto, os imigrantes são apresentados como um grupo que ameaça os direitos dos cidadãos, não respeita as leis locais e diminui a riqueza nacional. Na representação da imigração como uma ameaça, o foco recai sobre a sociedade, referindo-se a "nossos jovens", "nossos desempregados" e "aposentados ou pobres sem-teto", que são vistos como superados pelo "Outro". Nesse contexto, a imigração é novamente apresentada como uma ameaça existencial (GÜLER, 2019). Em sua defesa assídua pela recuperação e preservação da identidade francesa, Le Pen exclui os imigrantes dessa concepção, restringindo o pertencimento àqueles que

compartilham os valores e características que ela associada exclusivamente à nação francesa. A estratégia de afirmação da identidade francesa é uma tentativa de se aproximar dos eleitores frustrados e insatisfeitos com a crescente onda de imigração e que desejam justificar sua posição anti-imigração com argumentos identitários. Desse modo, a questão migratória é tratada como o desafio mais significativo para a própria identidade nacional, reacendendo o temor de que os imigrantes possam influenciar a sociedade francesa.

A alteração do Código da Nacionalidade, defendida por Le Pen em seus tuítes, visa proteger a identidade francesa ao propor a eliminação do direito automático à nacionalidade pelo critério de simples nascimento em território francês. Na prática, não é suficiente nascer na França, é essencial possuir uma herança incorporadora da identidade francesa. Anne-Marie Thiesse, historiadora, ressalta que o aumento do uso da expressão "identidade nacional" é intrinsecamente ligado à noção de vulnerabilidade. Essa sensação, afirma ela, "é quando se sente ameaçado que um grupo sente a necessidade de radicalizar sua diferença em relação aos outros". A vulnerabilidade, aliada a uma crise de ideais coletivos que poderiam servir de substitutos, teria criado o cenário propício para o crescimento do tema da "identidade nacional" nas últimas duas décadas (LE MONDE, 2009). Na visão de Marine Le Pen, a entrada de imigrantes e os impactos negativos da imigração descontrolada fragilizam a sociedade francesa, criando uma sensação constante de perigo e tensão. Enquanto líder nacionalista de extrema direita, sua defesa é da proteção da identidade francesa frente a ameaças externas, representadas, neste contexto, pelos imigrantes, com o fechamento da França ao que é estrangeiro ou tido como diferente.

4.2 Matteo Salvini

“Os italianos estão fartos da imigração. Eu estou farto da imigração”.

-Matteo Salvini, 2019.

Matteo Salvini é um político italiano e um dos principais líderes do partido de direita Liga Norte, fundado em 1989, com a união de seis movimentos independentes.

Desde 1996, defende a separação do norte da Itália, apoia um modelo de Estado federativo e se opõe ao euro no Parlamento Europeu. O partido se posiciona a favor das pequenas e médias empresas e contra os grandes capitalistas (SILVA et.al, 2014). Vale destacar que atualmente o nome oficial do partido é Lega (Liga), por influência de Matteo Salvini, para simplificar o nome e expandir sua base de apoio para todo o território italiano, não apenas para o norte. Se anteriormente o foco do partido era combater os sulistas, o novo alvo tornou-se os imigrantes, a quem são atribuídas as responsabilidades pelo status de crise econômica e da insegurança social no país. Essa abordagem tem sido central na construção da agenda política da Liga e na sua consolidação como uma das principais forças políticas de direita na Itália, visto seu resultado nas eleições do Parlamento Europeu em 2019. Nesse contexto, a estratégia política da Liga foca em canalizar a insatisfação popular em relação à crise econômica e à situação social do país, utilizando a retórica nacionalista e anti-imigração como um meio de mobilizar apoio.

A trajetória política de Matteo Salvini inclui diversos cargos importantes, como vereador, deputado europeu e, em 2013, a liderança da Liga. Cinco anos depois, ele se tornou vice-primeiro-ministro e ministro do Interior. Ao contrário de seus antecessores, Matteo Salvini adotou uma abordagem mais rígida para resolver a crise migratória com o bloqueio de migrantes no mar, a criação de centros de processamento de refugiados na África e acordos com países de origem para facilitar as deportações (WILLIAMS, 2018). Durante seu tempo como ministro, Salvini implementou a lei de imigração, conhecida como Decretos Salvini ou Decreto Segurança e Imigração, que previa multas elevadas para ONGs que resgatavam imigrantes no mar, restrição ao acesso dos imigrantes às diversas formas de proteção humanitária, acordos para facilitar a deportação. Todavia, a lei foi abolida em 2020, após Salvini deixar o governo.

Dentre as medidas contidas nessa lei, foi destaque nas mídias internacionais em 2018 o fechamento dos portos italianos a embarcações que resgatavam migrantes no Mediterrâneo em prol dos interesses da Itália. Em concordância com a sua dura política de imigração, em julho de 2019, 131 migrantes, em sua maioria africanos, foram resgatados no Mediterrâneo após deixarem a Líbia. Sob ordens de Matteo Salvini, eles permaneceram a bordo do navio militar italiano até que outros países europeus aceitassem recebê-los. Esse gesto colocou o controle dos fluxos migratórios novamente no centro do debate político europeu, atraindo atenção internacional e gerando controvérsias em relação aos direitos dos refugiados e à política de segurança europeia. Em 17 de dezembro, a Presidência do Senado italiano recebeu um pedido de autorização para julgar

o senador Matteo Salvini por manter 131 migrantes a bordo do navio por cinco dias, acusado de sequestro, abuso de poder e envolvimento de menores (REPUBBLICA, 2020).

É importante destacar que o território italiano devido a sua posição geográfica, localizado no centro do Mediterrâneo, com proximidade com o norte africano, torna-se um dos principais pontos de chegada de imigrantes via mar. Por conseguinte, há uma pressão da Itália para que seja implementado uma distribuição mais equitativa dos imigrantes entre os países da União Europeia. Salvini se coloca a favor de uma maior regulamentação nesse processo, uma abordagem mais rígida para redistribuir os países e não sobrecarregar o seu país. Nesse contexto, sustenta que a crise migratória é uma responsabilidade coletiva da União Europeia e não deve recair apenas sobre Itália e Líbia. Ele propõe a criação de centros para agilizar pedidos de asilo e deportações para aqueles sem direito de permanência, com a União Europeia e a ONU assumindo os custos e a organização desses centros (UOL, 2018). Assim como nos discursos de Marine Le Pen, Matteo Salvini enfatizava a necessidade de uma Itália mais autossuficiente e soberana, defendendo uma maior independência das imposições da União Europeia e propondo uma descentralização das responsabilidades governamentais.

Para a análise da retórica anti-imigração de Matteo Salvini, foram selecionados trechos de discursos publicados em seu perfil oficial no Twitter (@matteosalvinimi), criado em março de 2011. O líder utiliza com bastante frequência essa rede para falar diretamente com seus eleitores, promovendo campanhas políticas e projetos do partido Liga. Os discursos escolhidos refletem sua postura em relação à imigração e a representação dos imigrantes, sendo priorizado partes as falas nas quais o líder italiano abordasse diretamente a questão da imigração e seus principais argumentos e estratégias de comunicação. Esses tuítes foram selecionados a partir de uma consulta no perfil, utilizando palavras-chave como “imigração”, “segurança”, “fronteira”, “União Europeia”, “identidade nacional” e “identidade francesa”, abrangendo o período de 2015 a 2021, com maior incidência de publicações em 2018, ano em que Matteo Salvini ocupava os cargos de vice-primeiro-ministro e ministro do Interior. Esta seção foi dividida em três subseções, que correspondem aos conteúdos centrais dos discursos de Salvini ao tratar da questão migratória na Itália: segurança, União Europeia e identidade nacional.

4.2.1 Segurança

“#Salvini: excluindo o terrorismo, a imigração descontrolada na Itália traz insegurança e um aumento exponencial de crimes.”(@matteosalvinimi, 2015, tradução própria).

“Depois de ter desferido um duro golpe nos desembarques e de ter abalado a Europa na questão da imigração ilegal ao levantar a voz com sobriedade, o objetivo agora é acelerar o repatriamento dos falsos refugiados. Defesa de fronteiras e expulsões.”(@matteosalvinimi, 2018, tradução própria).

“Das palavras às ações, não desisto. Em três meses demonstrámos que os desembarques poderiam ser travados, com o Decreto da Imigração quero demonstrar que a gestão da recepção e do repatriamento também pode e deve ser alterada.” (@matteosalvinimi, 2018, tradução própria).

“#DecretoSalvini Segurança e Imigração, às 12h38 o Conselho de Ministros aprova por unanimidade! Estou feliz. Um passo em frente para tornar a Itália mais segura Das palavras às ações, sigo em frente!” (@matteosalvinimi, 2018, tradução própria).

A segurança é uma das prioridades de Salvini, que defende no âmbito da imigração, menos permissões e tolerância zero com os imigrantes que não respeitarem as leis. Sobre segurança, Salvini associa imigração descontrolada diretamente à insegurança e ao avanço da criminalidade. Quanto aos imigrantes, ele destaca ações específicas de enfrentamento à imigração ilegal, centradas nos que não cumprem os critérios legais de proteção internacional. Ele também questiona frequentemente a legitimidade do reconhecimento de refugiados de muitos solicitantes de asilo, fortalecendo sua estratégia de restringir as políticas migratórias. De acordo com Salvini, a maioria absoluta dos imigrantes não está fugindo de nenhuma guerra e, portanto, não tem o direito de permanecer na Itália (BELLAMY, 2018). A abordagem em questão desconsidera as particularidades entre os múltiplos grupos de migrantes, sejam eles refugiados que fogem de perseguições e conflitos, ou indivíduos que buscam melhores condições de vida devido

à pobreza extrema. De fato, Salvini não considera os aspectos humanitários e os compromissos internacionais assumidos pela Itália, incluindo o respeito ao direito de asilo.

Esses tweets de Matteo Salvini exemplificam como ele também associa a ideia de segurança vinculada às fronteiras, defendendo que a Itália deve se proteger, gerando uma personificação do perigo no imigrante ao retratá-los como uma ameaça concreta e iminente à segurança e aos valores da nação. O líder da Liga associa a imigração à ilegalidade e à insegurança, aproveitando o aumento desses fluxos para incutir nos cidadãos uma sensação de medo. Ele argumenta que a Itália, ao fazer parte da União Europeia, não consegue controlar suas fronteiras e, por isso, não tem o poder de gerenciar adequadamente o fluxo migratório e a melhor solução são justamente seus decretos (MOTTA et.al, 2020). Simultaneamente, A ênfase nas “expulsões” e no rápido repatriamento transmite uma mensagem firme de que a Itália não pretende facilitar a permanência de migrantes em situação irregular, reforçando o compromisso de Salvini com a redução desse tipo de imigração.

Novamente, observa-se um padrão comum entre partidos de extrema direita, que utilizam o medo como ferramenta para moldar a opinião pública. Ao fomentar a sensação de insegurança, eles criam uma narrativa que torna suas políticas restritivas, muitas vezes violando direitos humanos, mais aceitáveis. A justificativa para tais medidas se baseia na ideia de que qualquer ação é válida para garantir a segurança, mesmo que envolva decisões controversas. Essa estratégia visa consolidar apoio popular, ao fazer com que a proteção da nação seja vista como mais urgente do que as preocupações com os direitos fundamentais. O medo, como emoção política e ideológica, é uma ferramenta poderosa utilizada para conquistar o apoio público, especialmente por meio de comunicações diretas. Nos discursos de Matteo Salvini, o medo atinge seu ápice nas redes sociais, onde ele usa essa emoção para construir crenças que provocam reações imediatas e intensas (TERRACCIANO, 2019). Ao utilizar uma retórica que toca em medos e ansiedades da população, como a perda de empregos, o aumento da criminalidade e a "diluição" da identidade nacional, Salvini consegue se aproximar de seus eleitores.

4.2.2 União Europeia

“Desde o início do ano, 1.200 imigrantes vindos de Turquia por via marítima desembarcaram em Itália. Para controlar a imigração, a UE está a dar 6 mil milhões de euros à própria Turquia. Algo não bate, alguém não faz o que deveria? Vou fazer algumas ligações, o que você acha? ” (@matteosalvinimi, 2018, tradução própria).

“A União Europeia quer continuar a tratar a Itália como um campo de refugiados? Eles entenderam mal, a música muda!” (@matteosalvinimi, 2018, tradução própria).

“Agora a esquerda existe apenas para me insultar, para defender a UE dos banqueiros e a imigração ilimitada. PS: Na Hungria, o desemprego é inferior a 5%, o imposto fixo para as empresas é de 9% e para os indivíduos é de 15%, a imigração está sob controlo e a economia está a crescer 4%.” (@matteosalvinimi, 2018, tradução própria).

Matteo Salvini frequentemente questiona a União Europeia como o aparato político mais adequado para defender os interesses italianos. Em seus tweets, ele alimenta dúvidas sobre a efetividade da UE em lidar com os fluxos migratórios e insinua que as ações do bloco podem não estar voltadas a proteger verdadeiramente a Itália. Ao fazer isso, Salvini sugere que a União Europeia poderia estar negligenciando as necessidades italianas, particularmente na questão de fronteiras e segurança, e reforça uma visão crítica da UE como incapaz de mitigar adequadamente os desafios migratórios que afetam a Europa. Desse modo, ele defende que a responsabilidade pela gestão da imigração deveria ser compartilhada de forma diferente, com maior controle nacional sobre os fluxos migratórios, em oposição a uma abordagem comunitária europeia. A agenda de 2018 da Lega, liderada por Matteo Salvini, buscava restaurar a soberania italiana em comércio, assuntos internos e justiça, incluindo a revogação de competências da União Europeia na aplicação de acordos e fortalecer a subsidiariedade, transferindo mais controle aos parlamentos nacionais e regionais (BALAS, 2023).

Nos seus discursos, Salvini associa a fragilidade do país ao fato de a Itália receber muitos imigrantes enquanto deixa subentendido que há atores da União Europeia

interessados em manter esse quadro. Dessa forma, cria-se a ideia de uma ameaça externa, que não se restringe apenas aos imigrantes, mas também à União Europeia. Ao adotar uma retórica forte contra a imigração, Matteo Salvini intensificou o debate sobre os limites da regulação de Dublin. O Regulamento de Dublin, estabelecido em 1990 com a Convenção de Dublin, entrou em vigor em 1997, definindo as diretrizes da União Europeia relativas à determinação do país membro responsável por processar o pedido de asilo de um migrante. Em linhas gerais, a responsabilidade de analisar o pedido de asilo é assumida pelo país da UE no qual o solicitante desembarca. Para Salvini, os números são claros: nenhum outro país europeu fez sequer metade do que a Itália realizou. Por não assumirem as mesmas responsabilidades que a Itália nos últimos anos, ele critica os demais países europeus. Apesar dos espanhóis e franceses falarem de generosidade, ele desafia: "que a coloquem em prática". Em seguida, menciona a declaração da chanceler alemã Angela Merkel, que reconheceu que a Itália não pode ser deixada sozinha (CNN, 2018). Ao manifestar descontentamento com o papel da Itália no sistema migratório europeu, Salvini aponta as pressões desproporcionais que recaem sobre os países localizados na fronteira sul da Europa.

Com uma visão nacionalista e protecionista, Matteo Salvini difunde amplamente a ideia de que a União Europeia compromete a soberania italiana. Ele frequentemente aponta o que considera um afastamento das instituições europeias em relação às preocupações reais dos cidadãos. Nesse contexto, a Liga é posicionada como a real defensora do povo e dos valores italianos. Seguindo essa lógica, para ser “uma nova Europa”, longe dos burocratas e banqueiros que afastaram a União Europeia do povo, a Europa precisa de uma grande reforma. Ao enfrentar as elites econômicas da União Europeia, a Lega garantirá a soberania do povo italiano (MOTTA, 2020).

4.2.3 Identidade nacional

“A Itália é e deve continuar a ser profundamente crista, orgulhosa das suas raízes e da sua história. Na Europa e em todo o mundo o choque é entre

liberdade e ditadura: temos a missão de representar ideias que são a última tábua de salvação para o Ocidente.” (@matteosalvinimi, 2019, tradução própria).

“Não sou racista, nem fascista, nem nazista. Apenas orgulho de ser italiano. As fronteiras são sagradas, a imigração deve ser regulamentada, os imigrantes ilegais devem ser detidos. Para proteger os milhões de imigrantes legais, que são uma mais-valia.” (@matteosalvinimi, 2019, tradução própria).

“...segurança e controlo de fronteiras, valores cristãos comuns, cultura, beleza, identidade e LIBERDADE. Uma visão alternativa à Europa das finanças e da burocracia, que coloque os cidadãos novamente no centro e na qual envolveremos outros líderes políticos e governamentais...” (@matteosalvinimi, 2021, tradução própria).

Matteo Salvini tem reforçado a ideia de que sua agenda política está centrada na proteção dos cidadãos italianos, utilizando a imigração como uma questão também de identidade nacional. Com um discurso fortemente nacionalista e declarações como “orgulho de ser italiano”, Salvini reforça o apelo ao patriotismo e à narrativa de “nós” (italianos, nativos) em contraste com o “outro” (imigrantes), promovendo ainda mais a separação e criando uma narrativa de dois grupos antagônicos. Nesse cenário de uma sociedade insegura que recorre à distinção entre “nós” e “eles”, sendo eles de uma identidade diferente, a fronteira se apresenta justamente como um marcador de identidade e uma barreira. Enquanto os Estados precisam de independência para sobreviver, a sociedade depende de sua identidade e cultura. Mudanças que ameaçam essa identidade geram insegurança social, especialmente quando vistas como risco à continuidade da comunidade (ÜNAL, et. al, 2021).

Como um dos pilares centrais de seu discurso político, Matteo Salvini utiliza a defesa da identidade nacional italiana repetidamente. Na visão do político, a proteção das fronteiras e a regulação da imigração são essenciais para preservar a soberania e a cultura italiana. Para construir uma narrativa de “nós contra eles”, Matteo Salvini, utiliza estrategicamente esse tipo de discurso. Ao destacar a identidade nacional italiana como um valor comum e inquestionável, o político tenta reforçar a solidariedade interna entre

os cidadãos italianos. Em 2019, Matteo Salvini enfrentou um processo judicial por bloquear o desembarque de migrantes do navio humanitário *Open Arms*. Ele defendeu sua decisão como uma aplicação do "dever sagrado" de proteger a pátria, conforme disposto no artigo 52 da Constituição italiana (FANTINI, 2024). Nessa perspectiva, para salvar a Itália e principalmente a preservação da identidade italiano, do seu passado, é preciso combater a ameaça crescente dos imigrantes em massa.

A Lega argumenta que “a Europa não deve esquecer suas origens”. Para seguir em frente, a Europa não pode esquecer suas origens e os países que a conformam não podem abandonar sua própria cultura, tradições e identidade. Nesse contexto, o partido liderado por Mateo Salvini é apresentado no Twitter como a única solução para a Europa, a “opção desconfortável para a União Europeia” e a única capaz de resolver os problemas do povo (MOTTA, 2020). Os tweets também reforçam a narrativa de defesa do Ocidente contra ameaças externas, com a ênfase na ideia de que a Itália é a "última tábua de salvação para o Ocidente", posicionando o país como responsável por preservar a civilização ocidental e buscando mobilizar o apoio dos cidadãos para essa missão. Dessa forma, é nítido como ele dissemina em sua rede social a defesa da história e herança cristã, a oposição à imigração e a percepção da ameaça representada por migrantes não cristãos (especialmente muçulmanos) à “civilização ocidental” (CONRAD et.al, 2022).

4.3 Padrões retóricos da extrema direita

Itália e França apresentam contextos políticos, sociais e históricos distintos, porém ambas emergiram como exemplos marcantes do avanço e da consolidação da extrema direita na Europa, tendo adotado estratégias retóricas semelhantes. Nesse cenário, destacam-se, respectivamente, Matteo Salvini e Marine Le Pen como principais lideranças. A insatisfação com o status quo, evidenciada nas eleições para o Parlamento Europeu em 2019, está diretamente relacionada à crescente influência da extrema direita, especialmente em questões como imigração. Em seus discursos, os dois políticos utilizaram a imigração como tema central na expectativa de atrair eleitores descontentes e preocupados com a nova realidade do continente. Por meio da análise dos tuítes e das declarações em entrevistas desses líderes de extrema direita, foi possível identificar padrões em suas retóricas anti-imigração, e traçar uma análise sobre a estratégia da extrema direita na consolidação de sua força no cenário político europeu, com a imigração como um dos principais pilares.

Marine Le Pen e Matteo Salvini destacam a relação entre imigração e segurança ao defendê-la como eixo central de seus discursos favoráveis a medidas restritivas. Para justificar essas propostas, adotam uma retórica alarmista, retratando a imigração como uma ameaça à segurança nacional. No caso de Salvini, por exemplo, ele argumenta que a "imigração descontrolada na Itália gera insegurança e leva a um aumento exponencial de crimes", estabelecendo uma suposta conexão direta entre imigração e criminalidade. Com uma retórica semelhante, Le Pen afirma que "a imigração desempenha um papel central na insegurança que afeta nossos subúrbios, vilas e cidades", imputando aos migrantes a responsabilidade por problemas sociais e criminais. É possível observar o uso de termos como "insegurança", "ameaça" e "sobrecarga" para reforçar uma percepção negativa da imigração. De fato, ambos retratam a insegurança como um problema real e grave, rejeitando visões que relativizem suas consequências.

Uma outra característica comum da extrema direita na Europa, comprovada pelos discursos de Marine Le Pen e Matteo Salvini, é o ataque direcionado à União Europeia, sobretudo no que diz respeito à sua política de imigração, adotando uma postura eurocética. Esses políticos se opõem à maior centralização de poder dentro da UE, na crença de que isso compromete a identidade e a autonomia dos Estados-membros. Os dois também criticam a UE por limitar a capacidade dos países de tomarem decisões soberanas em áreas cruciais, como legislação interna, política econômica e controle migratório. Segundo Le Pen, a União Europeia impõe regras e jurisprudência que enfraquecem a soberania dos países europeus, particularmente em questões de asilo. Seguindo a mesma linha de pensamento, Salvini critica a maneira como a UE lida com a imigração, especialmente ao impor normas comuns para o controle de fronteiras e a redistribuição de migrantes. Portanto, defendem uma Europa em que cada nação tenha controle total sobre suas políticas migratórias, rejeitando qualquer intervenção supranacional.

De forma estratégica, eles também trabalham com a imigração como um dos maiores desafios para a identidade nacional, tentando incitar um temor coletivo sobre a ameaça à coesão social e cultural provocada pela imigração, especialmente de origem não europeia. Juntos, Le Pen e Salvini utilizam a imigração para acirrar um sentimento de insegurança, associando-a à perda da identidade nacional e ao enfraquecimento dos valores tradicionais. Eles exploram os medos existenciais que surgem com mudanças demográficas e culturais ao pintarem os imigrantes, particularmente os não europeus, como uma ameaça iminente, com o objetivo de galvanizar o apoio popular. A identidade nacional, para eles, está associada à preservação de tradições específicas, muitas vezes

associadas ao cristianismo, e a uma visão homogênea da sociedade. Com uma narrativa de ameaça existencial, na qual a imigração é vista como um risco para a segurança, a liberdade e os valores nacionais, os dois exploram medos existenciais que surgem com mudanças demográficas e culturais e defendem uma visão de Europa das nações com um controle absoluto sobre suas políticas migratórias.

Enquanto defensores da identidade cultural e soberania de seus respectivos países, Le Pen e Salvini, posicionam-se contra a imigração e as políticas da União Europeia, que consideram uma ameaça aos "verdadeiros" valores nacionais, como o cristianismo, a tradição e a história. Sob essa ótica, a extrema-direita europeia tem se consolidado como defensora da proteção da identidade nacional e da soberania dos países europeus diante da crescente imigração. Os europeus são apresentados como vítimas dos impactos da imigração, criando uma narrativa em que os cidadãos da Europa se veem como ameaçados por forças externas que, segundo essa perspectiva, alteram a coesão social, cultural e econômica das nações.

5. Considerações Finais

Nesta seção final, retomam-se as discussões principais deste trabalho buscando relacionar os padrões retóricos adotados da extrema direita europeia, com ênfase nos discursos de Marine Le Pen e Matteo Salvini, à formulação de políticas migratórias mais restritas. Por fim, serão apresentadas recomendações voltadas à sociedade civil, com vistas a capacitá-la para enfrentar essa nova realidade na formulação de políticas migratórias, evitando a reprodução de discursos anti-imigração que se mostram incompatíveis com os princípios de cooperação, solidariedade e respeito aos direitos humanos.

5.1 Imigração como justificativa de políticas restritivas

Desde a chamada crise migratória de 2015, a imigração tem ocupado um lugar central na agenda política europeia, ganhando ainda mais destaque nos últimos anos, especialmente após o recorde de pedidos de asilo registrado em 2023. Apesar do relatório

do Parlamento Europeu de 2019 destacar a importância da migração para o crescimento da população em idade ativa na EU, muitas nações de alta renda adotaram políticas para desencorajar a migração, impulsionadas por agendas populistas (THE LANCET, 2024). Desse modo, a forte reação pública contra a imigração, muito impulsionada pelas constantes solicitações de asilo gerou manchetes, alarmou os formuladores de políticas. O aumento das solicitações de asilo tem preocupado governos e alimentado a percepção pública contra imigrantes, fortalecendo partidos populistas de extrema direita que, mesmo fora do poder, influenciam agendas migratórias mais restritivas (HATTON, 2020). Sob essa conjuntura, a narrativa perpetuada pela extrema direita de ameaça, medo e ressentimento pelos imigrantes contribui para que as medidas de retomada de segurança dos países não fosse questionada, legitimando suas ações para conter o mal maior: a imigração.

A análise dos padrões retóricos de Marine Le Pen e Matteo Salvini revela uma conexão direta entre os discursos da extrema direita e as políticas migratórias mais restritivas adotadas no contexto de sua expansão na Europa. A retórica dramática, que associa imigração à insegurança, à criminalidade e à perda de identidade nacional, também legitima medidas políticas que refletem essas narrativas. Ao longo dos anos, o discurso anti-imigração da extrema-direita tem se fortalecido, cultivando o temor de uma invasão cultural e econômica, apresentando os imigrantes como uma ameaça direta à segurança e ao bem-estar da população local. Esse discurso não apenas reforça uma postura de exclusão e a defesa das fronteiras, mas também visa polarizar a opinião pública e consolidar o apoio de eleitores preocupados com questões relacionadas à imigração e identidade nacional. Por conseguinte, a extrema-direita se apresenta como a única força capaz de proteger os cidadãos europeus da ameaça da imigração.

As políticas migratórias resultantes dessas narrativas incluem endurecimento nas fronteiras externas, aumento da fiscalização interna e legislação que dificulta o acesso a direitos básicos por parte dos imigrantes. Na Itália, por exemplo, Salvini introduziu medidas que criminalizam ONGs que resgatam migrantes no Mediterrâneo. Na França, Le Pen defende políticas que reduzem a imigração legal e restringem o acesso de migrantes a benefícios sociais, com ênfase em "prioridade nacional" para cidadãos franceses. Nesse contexto, a imigração é retratada como uma crise existencial, que ameaça não apenas a segurança, mas também os valores e a coesão social das nações europeias. Além disso, a postura eurocética de Le Pen e Salvini, marcada pela crítica à centralização da União Europeia, reflete-se na resistência a políticas comuns de

redistribuição de migrantes e na defesa de soberania nacional em questões migratórias. Pascal Debruyne, da Odisee University College, destaca que, a extrema direita utiliza sua força interna para desafiar os principais princípios da UE de dentro, apostando na soberania nacional para desestabilizar a Europa como um Estado pós-nacional (WALKER, 2024). Essa rejeição às soluções supranacionais fragmenta os esforços conjuntos da UE para lidar com a migração de forma coordenada, favorecendo abordagens individuais que frequentemente priorizam o fechamento e o controle, em detrimento da solidariedade.

O uso estratégico da identidade nacional cria um ciclo no qual as políticas restritivas reforçam as percepções alarmistas disseminadas nos discursos políticos, consolidando a extrema direita como defensora da proteção nacional contra forças externas. Esse processo fortalece a polarização e legitima políticas que limitam a imigração, ao mesmo tempo que aprofundam a divisão social e política em relação à questão migratória. Segundo Thomas Willekens, da Refugee Work Flanders, os partidos alimentam o sentimento de "perda de controle" antes das eleições, fazendo os eleitores apoiar políticas mais restritivas ao perceberem a falta de controle sobre os requerentes de asilo (WALKER, 2024). Assim, é evidente a formação de um ciclo que alimenta a narrativa de exclusão, moldando o cenário político europeu em torno de um confronto entre os valores tradicionais "autênticos" e as transformações impulsionadas pela imigração. A própria imigração é tratada como um ciclo vicioso pra Europa pela extrema direita, sendo equiparada como uma ameaça à segurança e à identidade nacional, sendo as políticas restritivas a solução. Contudo, as condições que fomentam a migração como conflitos, crises econômicas, mudanças climáticas, entre outros, não são solucionadas com políticas mais rígidas de imigração, o que não cessa os fluxos migratórios, alimentando um ciclo contínuo de restrição. Nessa narrativa do ciclo vicioso a imigração não é tratada como uma realidade que deve ser tratada, apenas como um problema. Por conseguinte, as soluções restritivas defendidas pela extrema direita não são apenas necessárias, mas continuamente reforçadas pela própria dinâmica da imigração.

5.2 Recomendações

A ascensão dos discursos anti-imigração pela extrema direita na Europa tem alimentado um clima de medo e insegurança. Tais discursos costumam associar a imigração à perda da identidade nacional, ao aumento da insegurança e à sobrecarga dos

sistemas sociais e econômicos. Isso resulta em um crescente estigma em relação aos imigrantes, especialmente os originários de regiões não-europeias, que são frequentemente retratados como uma ameaça à coesão cultural e à segurança nacional. Diante desse cenário, apresentamos as seguintes recomendações para a sociedade civil:

5.2.1 Promoção da educação sobre diversidade e migração

É fundamental que os governos europeus, em parceria com organizações internacionais e a sociedade civil, desenvolvam programas educacionais que promovam uma compreensão mais positiva e abrangente das migrações. A educação deve enfatizar as migrações como um fenômeno histórico contínuo e destacar sua contribuição essencial para as sociedades europeias, integrando, nos currículos escolares, conteúdos que abordem como diferentes países europeus foram formados e evoluíram com base na mobilidade humana. Para combater a ascensão da extrema-direita e os discursos anti-imigração na Europa, diversas organizações têm desenvolvido estratégias eficazes. A Amadeu Antonio Stiftung, por exemplo, desempenha um papel fundamental na educação como ferramenta de resistência contra o extremismo de direita e a intolerância. Criada em 1998, a organização promove projetos educativos sobre diversidade cultural, direitos humanos e migrações, contrapondo essas questões às narrativas de exclusão da extrema-direita (AMADEU ANTONIO STIFTUNG, 2024).

Esses esforços podem servir como modelos para a sociedade civil na Europa, no combate ao discurso de ódio promovido pela extrema-direita, e para a construção de uma resistência social sólida contra as ameaças à diversidade e aos direitos humanos.

Paralelamente, é importante apresentar os imigrantes não como um “problema”, mas como agentes de mudança e contribuição positiva para suas novas comunidades. Essa abordagem ajudará a mitigar o medo associado à "invasão" cultural e econômica, combatendo as narrativas de exclusão frequentemente alimentadas por discursos anti-imigração. Ao desconstruir essas narrativas, a sociedade civil desempenha um papel essencial na promoção de um futuro mais justo e inclusivo. Nesse contexto, a educação emerge como uma ferramenta estratégica indispensável para fomentar uma compreensão mais equilibrada e baseada em fatos sobre as migrações e seus impactos positivos nas sociedades.

5.2.2 Resistência ao discurso de ódio nas redes sociais

O discurso de ódio e as informações falsas sobre imigração são amplamente disseminados em redes sociais, contribuindo para a amplificação de narrativas anti-imigração promovidas pela extrema direita. Esse ambiente digital, muitas vezes desregulado, facilita a propagação de estereótipos prejudiciais e polarização social. Nesse sentido, as organizações da sociedade civil, em colaboração com plataformas digitais, devem adotar uma abordagem proativa no monitoramento e combate a discursos de ódio e desinformação sobre imigração. É crucial trabalhar com as plataformas para identificar e remover conteúdos que incitem violência ou violem suas políticas de uso, especialmente aqueles que perpetuam estereótipos negativos sobre imigrantes. Além disso, deve-se fomentar a responsabilidade digital entre os usuários, promovendo o uso consciente das redes sociais e incentivando a disseminação de narrativas inclusivas e embasadas em dados reais sobre os impactos da imigração. Tal objetivo pode ser alcançado por meio de campanhas educativas que orientem o público a reconhecer informações falsas e a buscar fontes confiáveis.

Programas de verificação de fatos (fact checking) podem ser essenciais para corrigir informações errôneas sobre imigração e seus impactos, especialmente em um contexto de crescente desinformação. Colaborar com meios de comunicação para ampliar a correção de dados e combater a desinformação de maneira acessível e ampla é uma estratégia eficaz. A organização *Hope Not Hate*, por exemplo, realiza campanhas de fact-checking focadas em desmistificar mitos sobre imigração e promover uma narrativa mais positiva e inclusiva. Uma de suas iniciativas de destaque foi a "National Conversation on Immigration", que envolveu quase 20.000 pessoas em debates e consultas sobre imigração em diversas regiões do Reino Unido. O projeto demonstrou que, ao promover interações significativas entre residentes locais e imigrantes, é possível reduzir preconceitos e fomentar maior compreensão e aceitação mútua (HOPE NOT HATE, 2024). Essas ações são essenciais para ajudar os cidadãos a identificar fontes confiáveis e evitar a propagação de narrativas prejudiciais. Ao combater a desinformação e os discursos de ódio nas redes sociais, contribui-se para um debate público mais saudável, promovendo a convivência em sociedades diversas. Um ambiente digital mais inclusivo e informado é crucial para mitigar os efeitos da mobilização de narrativas anti-imigração e preservar a harmonia social.

5.2.3 Campanhas de conscientização sobre os direitos humanos

As narrativas de exclusão frequentemente desumanizam imigrantes, desrespeitando princípios essenciais de igualdade e dignidade humana. Diante da disseminação de discursos antimigratórios pela extrema direita, é crucial intensificar a conscientização pública sobre os direitos humanos, como forma de contrapor discursos de ódio e discriminação. Portanto, recomenda-se que governos, organizações da sociedade civil e instituições internacionais lancem campanhas educativas que enfatizem obrigações legais e princípios universais relacionados à proteção dos direitos humanos. Essas campanhas devem destacar que a imigração é um direito reconhecido, além de evidenciar as contribuições positivas dos imigrantes para as sociedades anfitriãs.

A promoção de valores como igualdade, dignidade e respeito mútuo pode ajudar a desconstruir estigmas e reduzir o impacto de narrativas xenofóbicas. Ao abordar estereótipos e fortalecer a narrativa dos direitos humanos, essas campanhas podem contribuir para uma sociedade mais inclusiva e resiliente frente às pressões migratórias e aos discursos antimigratórios. Para obter um resultado mais eficaz, é imprescindível que o trabalho seja feito em parceria com ONGs e associações locais para ampliar o alcance campanhas e garantir representatividade. Uma organização destacada na Europa que promove campanhas de conscientização sobre os direitos humanos dos imigrantes é a Anistia Internacional. Presente em diversos países europeus, a ONG atua intensamente na defesa dos direitos de refugiados e migrantes, engajando-se em campanhas públicas contra abusos, advocating por políticas mais inclusivas e trabalhando para reformar legislações discriminatórias. Os termos "refugiado", "migrante" e "requerente de asilo" são rótulos temporários que não representam a identidade completa das pessoas. Eles descrevem apenas a experiência de migração, enquanto essas pessoas possuem múltiplas identidades ligadas à cultura, profissão, família ou interesses. O status legal não reflete sua totalidade como indivíduos (AMNESTY INTERNATIONAL, 2024). Em síntese, essas campanhas não apenas promovem os direitos dos imigrantes, mas também se mostram eficazes no combate à retórica xenofóbica, colaborando para a construção de sociedades mais inclusivas, informadas e solidárias.

6. Referências Bibliográficas

AGUIAR, Carolina Moulin. Entre a crise e a crítica: migrações e refúgio em perspectiva global. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 8, n. 16, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/9802/5742>. Acesso em: 10 nov. 2024.

AL JAZEERA. How should Europe deal with its migration crisis? Al Jazeera, 16 set. 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/amp/program/inside-story/2024/9/16/how-should-europe-deal-with-its-migration-crisis>. Acesso em: 10 nov. 2024.

AMADEU ANTONIO STIFTUNG. About us. Disponível em: <https://www.amadeu-antonio-stiftung.de/en/about-us/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

AMANTE, Angelo. Italy approves clampdown on migrant rescue ships. Reuters, 23 fev. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/italy-gives-final-approval-decree-clamping-down-migrant-charity-ships-2023-02-23/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

AMNESTY INTERNATIONAL. Refugees, asylum seekers and migrants. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/what-we-do/refugees-asylum-seekers-and-migrants/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

BBC News Brasil. Putin anuncia anexação de regiões ucranianas ocupadas pela Rússia em maior escalada da guerra. 29 set. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cmmge72z857o>. Acesso em: 2 out. 2024.

BALAS, Pierre. TRANSFORM! EUROPE. The far-right in the European Parliament: A rising force? 2023. Disponível em: https://transform-network.net/wp-content/uploads/2023/05/the_far-right_in_the_ep.pdf.

BANCO MUNDIAL. World Development Report 2023: Migrants, Refugees, and Societies. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2023>. Acesso em: 10 set. 2024.

BBC NEWS. Europe's migration crisis: Could it finish the EU?. BBC News, 12 jul. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-44632471.amp>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BELLAMY, Daniel. Italy's interior minister rules out migrant reception centres. Euronews, 2018. Disponível em: <https://www.euronews.com/2018/06/29/italy-s-interior-minister-rules-out-migrant-reception-centres>. Acesso em 21 nov. 2024.

BRANDALISE, Carla. Europas des patries: histórico da extrema direita europeia. Revista Cena Internacional, v. 7, n. 1, p. 50-82, 2005.

CNN BRASIL. França vai perder mais um ano, diz Le Pen sobre resultado na eleição. *CNN Brasil*, 2 dez. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/franca-vai-perder-mais-um-ano-diz-le-pen-sobre-resultado-na-eleicao/>. Acesso em: 14 out. 2024.

CNN. Europe's migrant crisis isn't going away, but it is changing. CNN, 17 ago. 2017. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2017/08/17/europe/mediterranean-migrant-crisis-2017>. Acesso em: 10 nov. 2024

CNN. Matteo Salvini: 'Italy is not a refugee camp'. 27 Junho 2018. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2018/06/27/europe/matteo-salvini-interview-intl/index.html>. Acesso em: 2 nov 2024.

COONEY, Christy. Italy deputy PM on trial for blocking migrant boat. BBC News, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/crl88np8k2zo>. Acesso em: 2 out. 2024.

CONRAD, M. et al. (orgs.). Europe in the Age of Post-Truth Politics. Palgrave Studies in European Political Sociology. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-13694-8_7.

CÓDIGO DAS FRONTEIRAS SCHENGEN. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/schengen-borders-code.html> . Acesso em: 1 dez. 2024.

DANISH REFUGEE COUNCIL. Decree-Law 1/2023: Position Paper. 2023. Disponível em: <https://pro.drc.ngo/media/fbzjjw2v/decreel-law-1-2023-position-paper.pdf>. Acesso em: 20 nov 2024.

DAVIS, C.; DEOLE, S. DICE Report 2017- 4 (dezembro). Ifo Institute, 2017. Disponível em: <https://www.ifo.de/DocDL/dice-report-2017-4-davis-deole-december.pdf>

DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS – UNITED NATIONS (UN DESA). Recommendations on International Migration Statistics . New York: United Nations, 1998. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migration-ethics>. Acesso em: 10 nov. 2024.

DESKU, Arta. Italy prolongs border controls with Slovenia until June 18. Schengen News, 26 jan. 2024. Disponível em: <https://schengen.news/italy-prolongs-border-controls-with-slovenia-until-june-18/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

DEUTSCHE WELLE. Poland, Baltics step up border controls amid migrant crisis. Deutsche Welle, 13 set. 2023. Disponível em: <https://amp.dw.com/en/poland-baltics-step-up-border-controls-amid-migrant-crisis/a-69350351> .Acesso em: 10 nov. 2024.

DOMBROWSKI, Matthew. Discourse analysis of migration policy creation: The European Parliament and the Amsterdam Treaty. 2003.

EUAA. *Latest asylum trends*. European Union Agency for Asylum. 2024 Disponível em:

https://euaa.europa.eu/sites/default/files/publications/2024-02/EUAA_Latest_Asylum_Trends_.pdf. Acesso em: 2 out. 2024.

EUROPEAN COMMISSION. Temporary reintroduction of border control. Disponível em: https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/schengen-borders-and-visa/schengen-area/temporary-reintroduction-border-control_en. Acesso em: 20 nov. 2024.

EUROPEAN PARLIAMENT. European Parliament: results of the 2019-2024 European Parliament elections – Constitutive session. Disponível em: <https://results.elections.europa.eu/en/european-results/2019-2024/constitutive-session/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

FANTINI, Ellen. Defending Italy is not a crime: Salvini reacts to prosecutor's request for six-year sentence. The European Conservative, 15 Set. 2024. Disponível em: <https://europeanconservative.com/articles/news/defending-italy-is-not-a-crime-salvini-reacts-to-prosecutors-request-for-six-year-sentence/>. Acesso em: 21 nov. 2024

EUROPEAN MIGRATION NETWORK (EMN). EMN Annual Report on Migration 2023. Julho 2024. Disponível em: https://www.emn.lv/wp-content/uploads/2024/07/EMN_ARM2023_final_110724_0.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

EUROPEAN UNION AGENCY FOR ASYLUM (EUAA). *The Common European Asylum System and Current Issues*. 2020. Disponível em: <https://euaa.europa.eu/asylum-report-2020/21-common-european-asylum-system-and-current-issues>. Acesso em: 22 nov. 2024.

GEOFFROY, Romain; MAAD, Assma; DAGORN, Gary; AUDUREAU, William; IMBACH, Romain; FERRER, Maxime; PARIENTÉ, Jonathan. Lei de imigração: acréscimos, endurecimento, censura... todas as evoluções do texto, do projeto inicial à versão final. Le Monde, 26 jan. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2024/01/26/loi-immigration-ajouts-durcissement-censure-toutes-les-evolutions-du-texte-du-projet-initial-a-la-version-finale_6205115_4355771.html.

Acesso em: 10 nov. 2024.

GÜLER, Kamber. Discursive construction of an “anti-immigration Europe” by the right-wing political groups in the European Parliament. *Marmara Journal of European Studies*, v. 27, n. 2, 2019.

HATTON, Timothy J. Asylum Migration to the Developed World: Persecution, Incentives, and Policy. *Journal of Economic Perspectives*, v. 34, n. 1, 2020. Disponível em: <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.34.1.75>. Acesso em: 22 nov. 2024.

HENLEY, Jon. “The end of Schengen”: Germany’s new border controls put EU unity at risk. *The Guardian*, 10 set. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/article/2024/sep/10/the-end-of-schengen-germanys-new-border-controls-put-eu-unity-at-risk>. Acesso em: 10 nov. 2024.

HOBOLT, S. European Elections 2019: A More Fragmented Parliament. *Political Insight*, 10(3), 16-19. 2019.

HOPE NOT HATE. Findings of the National Conversation on Immigration. Disponível em: <https://hopenothate.org.uk/chapter/findings-national-conversation/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. France: Immigration bill threatens rights. Human Rights Watch, 6 nov. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/11/06/france-immigration-bill-threatens-rights>. Acesso em: 30 nov. 2024.

INTERNATIONAL MIGRATION LAW. Glossary on Migration. 2. ed. Geneva: IOM, 2009. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2024.

INTERNATIONAL RESCUE COMMITTEE. 110 million people displaced around the world: Get the facts. IRC, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://www.rescue.org/article/110-million-people-displaced-around-world-get-facts>. Acesso em: 2 out. 2024.

IMBACH, Romain; ROMAIN, Manon. Derrière le programme européen de Marine Le Pen, de lourdes sanctions financières ou un "Frexit" déguisé. Le Monde, Les Décodeurs, 18 abr. 2022. Disponível em: https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2022/04/18/derriere-le-programme-europeen-de-marine-le-pen-de-lourdes-sanctions-financieres-ou-un-frexit-deguise_6122681_4355770.html. Acesso em: 20 nov. 2024.

KUNDNANI, Arun. Blind Spot: The EU's Policy Response to Radicalization. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <https://www.kundnani.org/wp-content/uploads/2013/08/ICCT-Kundnani-Blind-Spot-June-2012.pdf>.

KOPEČEK, Lubomír (2007). The Far Right in Europe. Central and Eastern European Online Library.

LE MONDE. Aux racines de l'identité nationale. 2019. Disponível em: https://www.lemonde.fr/politique/article/2009/11/06/aux-racines-de-l-identite-nationale_1263699_823448.html. Acesso em: 20 nov. 2024.

LE MONDE. Macron's dangerous game on immigration. Le Monde, 26 jan. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/opinion/article/2024/01/26/macron-s-dangerous-game-on-immigration_6467888_23.html. Acesso em: 30 nov. 2024.

LE PEN, Marine (@mlp_officiel). ["L'immigration est un poids considérable pour notre pays, sur le plan économique, social, sécuritaire." #BourdinDirect]. Twitter, 19 abr. 2017. Disponível em: https://x.com/mlp_officiel/status/854587693723942912?s=48. Acesso em: 2 nov. 2024.

LE PEN, Marine (@mlp_officiel). ["Nous voulons retrouver la maîtrise de nos frontières, car nous sommes submergés par l'immigration." #E1Matin]. Twitter, 27 abr. 2017. Disponível em: https://x.com/mlp_officiel/status/858930563931156480?s=48. Acesso em: 2 nov. 2024.

LE PEN, Marine (@mlp_officiel). ["L'insécurité n'est pas seulement un sentiment, c'est aussi des dommages et des traumatismes. Quoi qu'en disent les bien-pensants,

l'immigration a une part prépondérante dans l'insécurité qui gangrène nos banlieues, villes et désormais villages..." #ConfMLP #PJLAsileImmigration]Twitter, 16 abr. 2018. Disponível em: https://x.com/mlp_officiel/status/985871907814887424?s=48. Acesso em: 2 nov. 2024

LE PEN, Marine (@mlp_officiel). [Lors du débat présidentiel, j'alertais sur la montée de l'insécurité dans la ruralité, une insécurité qui n'épargne plus aucun territoire. Il faut un tournant en matière pénale et mettre fin à l'immigration massive si nous souhaitons combattre l'ensauvagement de notre société]. Twitter, 1 dez. 2023. Disponível em: https://x.com/mlp_officiel/status/1730632852872851469?s=48 .Acesso em: 2 nov. 2024.

LE PEN, Marine (@mlp_officiel). [Les immigrés clandestins, eux, ne sont que les jouets des politiques antinationales de l'Eurodictature et de ses supplétifs. #ConfMLP]. Twitter, 10 jun. 2015. Disponível em: https://x.com/mlp_officiel/status/608561059763515392?s=48 Acesso em: 2 nov. 2024.

LE PEN, Marine (@mlp_officiel). [Grande et nette victoire de Viktor Orban en #Hongrie: l'inversion des valeurs et l'immigration de masse prônées par l'UE sont à nouveau rejetées. Les nationaux peuvent être majoritaires en Europe aux prochaines #Européennes2019 ! MLP]. Twitter, 8 abr. 2018. Disponível em: 08/04/2018
https://x.com/mlp_officiel/status/983100072928989184?s=12. Acesso em: 2 dez. 2024.

LE PEN, Marine (@mlp_officiel). [Ce torrent migratoire que l'UE est incapable de maîtriser et qu'elle encourage par le pacte des migrations, rappelle l'urgence pour les nations européennes d'être déliées des règles et des jurisprudences européennes en matière notamment de droit d'asile.]. Twitter, 5 set. 2023. Disponível em: https://x.com/mlp_officiel/status/1698946479258288525?s=48 Acesso em: 2 nov. 2024.

LE PEN, Marine (@mlp_officiel). [L'immigration massive et incontrôlée est une menace pour notre souveraineté, nos libertés, notre identité. #NPDCP]. Twitter, 2 out. 2015. Disponível em: https://x.com/mlp_officiel/status/650014855827746817?s=48
Acesso em: 2 nov. 2024.

LE PEN, Marine (@mlp_officiel). [« Le Front National marche sur deux jambes : la défense de l'identité française, notamment face à l'immigration massive, et la défense de la solidarité et de la souveraineté nationales. » #JTMLP]. Twitter, 9 mar. 2018.

Disponível em:

https://x.com/mlp_officiel/status/972191917348974593?s=48. Acesso em: 2 nov. 2024.

LE PEN, Marine (@mlp_officiel). ["La Constitution doit consacrer le principe d'une nationalité acquise par la filiation, même si l'acquisition par d'autres moyens pourra être rendue juridiquement possible : pour être Français, il faut le vouloir, et le mériter !" #ConfMLP #PJLASileImmigration]. Twitter, 16 abr. 2018. Disponível em:

https://x.com/mlp_officiel/status/985876325067120641?s=48. Acesso em: 2 nov. 2024.

LE PEN, Marine (@mlp_officiel). [Ma première décision de présidente sera de maîtriser l'immigration, par l'intermédiaire de la reprise en main de nos frontières et de notre politique de visas. Je changerai le Code de la nationalité, pour que la nationalité française s'hérite ou se mérite." #BourdinDirect]. Twitter, 5 fev. 2021. Disponível em:

https://x.com/mlp_officiel/status/1357610272526106624?s=12. Acesso em: 2 nov. 2024

LE PEN, Marine. Projeto de controle da imigração e da nacionalidade. Rassemblement National, 2022. Disponível em: <https://mlafrance.fr/pdfs/projet-controle-de-limmigration.pdf#page=14> . Acesso em: 20 nov. 2024.

LE POINT. Européennes : Marine Le Pen reprend le thème de l'immigration. 19 Jan. 2019. Available at: https://www.lepoint.fr/politique/europeennes-marine-le-pen-reprend-le-theme-de-l-immigration-19-01-2019-2287148_20.php#11. Acesso em: 2 Nov. 2024.

LINDSAY, Frey. French government to submit new immigration law to parliament. *Forbes*, 2024. Disponível em:

<https://www.forbes.com/sites/freylindsay/2024/10/14/french-government-to-submit-new-immigration-law-to-parliament/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

L'OPINION. Immigration: Michel Barnier annonce la prolongation du contrôle aux frontières intérieures. Disponível em: <https://www.lopinion.fr/politique/immigration->

[michel-barnier-annonce-la-prolongation-du-controle-aux-frontieres-interieures](#). Acesso em: 20 nov. 2024.

LUTZ, Philipp; KARSTENS, Frieder. External borders and internal freedoms: how the refugee crisis shaped the bordering preferences of European citizens. *Journal of European Public Policy*, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/13501763.2021.1882541?needAccess=true>. Acesso em: 22 nov. 2024.

LYNCH, Conor. Mussolini's 21st-century clone is leading the far-right to victory in Europe. *The Week*, 28 mai. 2019. Disponível em: <https://theweek.com/articles/843838/mussolinis-21stcentury-clone-leading-far-right-victory-europe>. Acesso em: 2 out. 2024.

MOTTA, Giovanni; IGLESIAS, Gina; GRECO, Gianluca. Populist Communication and Media Systems: How Political Discourse Shapes Italian News Coverage. *Frontiers in Communication*, Lausanne, v. 5, 2020.

MOZOLEVSKA, Alina. 2024. “Bordering Inclusion and Exclusion in the Discourses of Marine Le Pen and Eric Zemmour”. *Borders in Globalization Review* 5 (1). Victoria, British Columbia, Canada, 113–124.

MUDDE, Cas. *The Ideology of the Extreme Right*. Manchester: Manchester University Press, 2000.

MUREȘAN, Paula. The 2014 and 2019 European Elections in France. The Themes of Marine Le Pen’s Speech. *RST Journal*, 2022. Disponível em: <https://www.rstjournal.com/rst-123-2022/>. Acesso em: 14 out. 2024.

PIRRO, A. L. P. Far right: The significance of an umbrella concept. *Nations and Nationalism*, 29(1), 101–112. 2023.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. Reintroduzione dei controlli delle frontiere interne terrestri con la Slovenia: nota di aggiornamento. Governo Italiano, 2023. Disponível em: <https://www.governo.it/it/articolo/reintroduzione-dei-controlli-delle-frontiere-interne-terrestri-con-la-slovenia-nota-di>. Acesso em: 29 nov. 2024.

REPUBBLICA. Nave Gregoretti, processo a Salvini per il sequestro dei migranti. *La Repubblica*, 24 set. 2020. Disponível em: https://www.repubblica.it/cronaca/2020/09/24/news/nave_gregoretti_processo_a_salvini_per_il_sequestro_dei_migranti-301070587/. Acesso em: 2 nov. 2024.

RHINARD, Mark; HUSSEIN, Yasmine; ANDERSSON, Johanna. *Crisis Management in Theory and Practice: A Framework for the Future*. Oxford: Oxford University Press, 2023.

SALVINI, Matteo (@matteosalvinimi). [#Salvini: al netto del terrorismo, l'immigrazione fuori controllo in Italia porta insicurezza e aumento esponenziale dei reati. #ballarò]. Twitter, 17 nov. 2015. Disponível em: <https://x.com/matteosalvinimi/status/666723324878323718?s=48>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SALVINI, Matteo (@matteosalvinimi). [Dopo aver dato un duro colpo agli sbarchi e aver scosso l'Europa sul tema dell'immigrazione clandestina alzando, sobriamente, la voce, ora l'obiettivo è quello di accelerare il rimpatrio dei finti profughi.

Difesa dei confini ed espulsioni.

Dalle parole ai fatti, io non mollo]. Twitter, 2 ago. 2018. Disponível em: <https://x.com/matteosalvinimi/status/1025050308664340482?s=48>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SALVINI, Matteo (@matteosalvinimi). [#DecretoSalvini Sicurezza e Immigrazione, alle 12.38 il Consiglio dei Ministri approva all'unanimità! Sono felice. Un passo in avanti per rendere l'Italia più sicura. Dalle parole ai fatti, io vado avanti.]Twitter, 28 set. 2018. Disponível em: <https://x.com/matteosalvinimi/status/1044178552197992448?s=46>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SALVINI, Matteo (@matteosalvinimi). [Da inizio anno sono sbarcati in Italia 1.200 immigrati arrivati via mare dalla Turchia. Per controllare l'immigrazione l'UE sta regalando 6 miliardi di euro alla stessa Turchia. Qualcosa non torna, qualcuno non fa ciò che dovrebbe? Farò qualche telefonata, che dite? Twitter, 28 jul. 2018. Disponível em: <https://x.com/matteosalvinimi/status/1021280215471976448?s=48>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SALVINI, Matteo (@matteosalvinimi). [L'Unione Europea vuole continuare a trattare l'Italia come un campo profughi? Hanno sbagliato a capire, la musica cambia!]. Twitter, 12 mar. 2018. Disponível em: <https://x.com/matteosalvinimi/status/973260644697899008?s=48>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SALVINI, Matteo (@matteosalvinimi). [Ormai la sinistra esiste solo per insultarmi, per difendere UE dei banchieri e immigrazione senza limiti. P.S. In Ungheria disoccupazione è sotto il 5%, Flat Tax per le imprese è al 9% e per le persone al 15%, immigrazione è sotto controllo e economia cresce del 4%. #SalviniOrbán]. Twitter, 28 ago. 2018. Disponível em: <https://x.com/matteosalvinimi/status/1034389717360566273?s=48>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SALVINI, Matteo (@matteosalvinimi). [L'Italia è e deve rimanere profondamente cristiana, orgogliosa delle proprie radici e della propria storia. In Europa e nel mondo lo scontro è tra libertà e dittatura: abbiamo la missione di rappresentare idee che sono l'ultima ancora di salvezza per l'Occidente]. Twitter, 21 dez. 2019. Disponível em: <https://x.com/matteosalvinimi/status/1208402576288440322?s=48>. Acesso em : 2 nov. 2024

SALVINI, Matteo (@matteosalvinimi). [#Salvini: io non sono né razzista, né fascista, né nazista. Solo orgoglioso di essere italiano. I confini sono sacri, l'immigrazione va regolata, i clandestini vanno bloccati. A tutela dei milioni di immigrati regolari, che sono una ricchezza. #drittoerovescio]. Twitter, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://x.com/matteosalvinimi/status/1200159397709852680?s=48>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SALVINI, Matteo (@matteosalvinimi). [...sicurezza e controllo dei confini, comuni valori cristiani, cultura, bellezza, identità e LIBERTÀ. Una visione alternativa all'Europa della finanza e della burocrazia, che rimetta al centro i cittadini e sulla quale coinvolgeremo altri leader politici e di governo...]. Twitter, 1 abr. 2021. Disponível em: <https://x.com/matteosalvinimi/status/1377697767301251073?s=12>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SEVINC, Necva Tastan. France extends Schengen border controls due to security concerns. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/europe/france-extends-schengen-border-controls-due-to-security-concerns/3381871>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SILVA, Adriana Brito da; BRITES, Cristina Maria; OLIVEIRA, Eliane de Cássia Rosa; BORRI, Giovanna Teixeira. A extrema-direita na atualidade. 2014 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nTk6JtjXGqcpGVcr8Rj4Wx/>. Acesso em: 2 out. 2024.

TERRACCIANO, Biancamaria. Il linguaggio della paura: la narrazione della crisi migratoria italiana sui social network. 2019.

THE LANCET. Europe's anti-migration policies: the need to reverse a trajectory towards death, despair, and destitution The Lancet, [S.l.], v. 404, n. 10407, 2024. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2824%2900922-X>. Acesso em: 22 nov. 2024.

THE NEW YORK TIMES. Europe's refugee crisis: the impact of Syria. The New York Times, 28 set. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/09/28/world/europe/refugee-crisis-europe-syria.html>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ÜNAL ERİŞ, Özgür; ÖNER, Selcen. Securitization of migration and the rising influence of populist radical right parties in European politics. Ankara Avrupa Çalışmaları Dergisi, Ankara, v. 20, n. 1, p. 161-193, 202

UOL NOTÍCIAS. Itália defende centros para imigrantes nas fronteiras externas da Líbia. *UOL Notícias*, 25 jun. 2018. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2018/06/25/italia-defende-centros-para-imigrantes-nas-fronteiras-externas-da-libia.htm>. Acesso em: 2 nov. 2024.

VARGA, R. A representação das fronteiras nos discursos de Marine Le Pen e de Viktor Orbán. In: SULLET-NYLANDER, Françoise; BERNAL, María; PREMAT, Christophe; ROITMAN, Malin (eds.). Discursos políticos nos extremos: expressões do populismo em países de língua românica. Estudos de Estocolmo em Línguas Românicas. Estocolmo: Editora da Universidade de Estocolmo, 2019.

VELASCO, S. A securitização da imigração na União Europeia: legislação e práticas de regulação do excesso de mobilidade. In: Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexos entre securitização, cidadania e identidade transnacional [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 65-107. ISBN.

VERMERSCH, Lucie. Framing Immigration and National Sovereignty in The French Far-Right: Marine Le Pen's Rhetoric and The Dédiabolisation Strategy. 2022. Paper (Master of Arts) – The University of Chicago, Committee on International Relations, Chicago, 2022. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/525101159.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

VIGANO, Marta Silvia. Italy declares a state of emergency over migration: what does it mean? DW, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/en/italy-declares-a-state-of-emergency-over-migration-what-does-it-mean/a-65306799>. Acesso em: 10 nov. 2024.

WALKER, Lauren. Is Schengen on the way out? New border checks challenge open Europe. Brussels Times, 27 nov. 2024. Disponível em: <https://www.brusselstimes.com/1279596/is-schengen-on-the-way-out-new-border-checks-challenge-open-europe>. Acesso em: 26 nov. 2024.

WALKER, Lauren. 'Perpetuating the problem': How politicians use migration to deceive voters. Brussels Times, 11 abr. 2024. Disponível em:

<https://www.brusselstimes.com/999154/vicious-cycle-how-politicians-use-migration-to-deceive-voters>. Acesso em: 30 nov. 2024.

WILLIAMS, Megan. Italy deals with migrants the Salvini way. DW, 14 jun. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/en/will-italys-refugee-stance-bring-down-the-eu/a-44438649>. Acesso em: 14 out. 2024.